

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## O Primeiro-Ministro na Assembleia Geral da ONU



(centrais)

Reforma  
do arrendamento

(pag.11)

Secretário Geral  
anúncia “Open  
Day”

(pag. 28)

Victor Cruz  
em Bruxelas

(pag. 9)

## Intervenção sobre a Revisão do Código da Estrada

Deputado Fernando Pedro Moutinho

Assembleia da República, 22 de Setembro de 2004

(...)

A Proposta de Lei submetida à apreciação e à autorização do Parlamento tem por objectivo consolidar um tempo de viragem no combate à sinistralidade rodoviária, numa fase em que o número de mortos e de feridos graves finalmente começou a reduzir-se, apesar de uma sistemática, voluntária e, por vezes criminosa violação das regras de trânsito e, mais do que isso, das mais elementares regras de convivência cívica, por parte de muitos utilizadores das nossas estradas.

**A atitude comportamental de alguns condutores portugueses é fruto de uma falta de consciência social, de desrespeito pela vida própria e da vida dos outros.**

Por isso, é necessário, e fundamental, colocar um travão a este desvario, através de mecanismos de controlo, dissuasores e punitivos, a par de uma política de sensibilização, a fazer desde os bancos da escola, de forma a mudar a atitude dos actuais e futuros condutores portugueses encaram a utilização da viatura.

Esta maioria tem revelado uma enorme preocupação com as questões da segurança rodoviária e, neste sentido, apresentou no primeiro trimestre de 2003, o **PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO RODOVIÁRIA**, o qual visava, através da implementação de um conjunto de medidas, entre as quais se encontra o Código da Estrada, **REDUZIR A SINISTRALIDADE em 50% até 2010.**

E quando falamos em reduzir a sinistralidade falamos de vários e múltiplos aspectos.

Ficamos mais satisfeitos, conforme já foi realçado, verificar que Portugal já está a conseguir reduzir claramente o número de mortos, feridos graves em acidentes rodoviários.

**Os últimos números disponíveis apontam categoricamente para reduções significativas de vítimas** relativas a igual período do ano anterior e como já foi divulgado, o aumento dos combustíveis verificado ao longo dos últimos meses não reduziu o tráfego automóvel, já que apesar deste aumento houve um

efectivo acréscimo do consumo total de combustíveis, em cerca de 3 % relativamente a 2003.

Ou seja, apesar do aumento do número de viaturas e do aumento global de utilizadores rodoviários, a redução do número de vítimas e acidentes é um duplo alento, já que significa que o conjunto de medidas de prevenção, de alerta e de atitude dos cidadãos e, em particular dos condutores, começa a traduzir-se em resultados concretos.

(...)

Há ainda muito por fazer. Este novo Código da Estrada é apenas um instrumento fundamental para reforçar a componente preventiva e para tornar mais eficaz e simplificado um regime sancionatório adequado.

**Por isso o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária tem duas vertentes: uma de carácter estrutural e outra de carácter operacional.**

O Código da Estrada insere-se na vertente estrutural, a qual deve ser acompanhada da educação do utente, ou seja a componente de sensibilização para uma mudança comportamental dos portugueses quanto à segurança, activa e passiva, nas estradas.

O Código da Estrada, agora em discussão, não vai resolver todos os problemas da sinistralidade, mas podemos afirmar que será um instrumento para travar os infractores e para tornar as nossas estradas e as nossas cidades mais seguras.

Como já disse o Ministro da Administração Interna, **“importa automatizar o sistema de controlo/sanção, visto a celeridade constituir, seguramente, o elemento-chave da eficácia do sistema”.**

Esta ideia, não é uma nova forma de repressão, mas sim de dissuasão da prática de infracções e de responsabilização dos condutores e dos proprietários dos veículos, de forma a evitar a permanente fuga à punição dos infractores.

O PSD acredita que existe uma vontade muito forte na conjugação dos esforços na luta contra a sinistralidade e na defesa da vida. Esta força une o Parlamento e é clara a vontade de todas as bancadas para afirmar mais o que nos une do que



a sinistralidade rodoviária. “

É também para dar eficácia a estas intenções que o Governo preconiza o desenvolvimento ao nível de Obras Públicas do Plano Rodoviário Nacional adequando-o às exigências das novas centralidades urbanas bem como, relativamente ao combate e eliminação dos pontos negros, a incorporação em futuros projectos, de normas de segurança que permitam reduzir as causas dos sinistros.

O XVI Governo assumiu perante a Assembleia da República e o País que é fundamental o desenvolvimento de uma estratégia para a segurança e mobilidade rodoviária, promovendo uma “cultura rodoviária” no quadro do Instituto de Estradas de Portugal (IEP) enquanto centro dinamizador de inovação e qualidade, nas áreas de projecto, planeamento, construção, conservação e de gestão das rodovias.

Se este é o caminho traçado para o desenvolvimento e concepção das infraestruturas rodoviárias não podemos deixar de destacar um conjunto de outras medidas que a montante do acidente podem ajudar a prevenir, reduzir e minimizar a consequência dos mesmos.

A educação nas escolas, o papel dissuasor e preventivo das forças de segurança, uma maior consciencialização de todos os portugueses são aspectos fundamentais neste combate à sinistralidade e às atitudes perigosas ou incorrectas de condutores e peões. (...)

Não se pretende maior repressão “pela repressão” dos utilizadores de viaturas mas antes que haja eficácia das medidas previstas no Código da Estrada.

A sua eficácia é a melhor garantia de sucesso na prevenção de comportamentos incorrectos e de risco.

O aumento das coimas é por isso selectivo. Por exemplo:

Nos estacionamento a coima mantém-se, mas é agravada quando se estaciona sobre passagem de peões

salientar algumas divergências pontuais sobre a oportunidade ou soluções encontradas neste novo Código da Estrada.

É neste espírito de busca da melhor solução que o Governo e a maioria continuam disponíveis para ouvir e receber todos os contributos úteis para o combate à sinistralidade rodoviária.

Importa dar um sinal claro e inequívoco aos cidadãos e à sociedade civil, de que a segurança rodoviária é um objectivo comum.

O Parlamento e o Governo estão mobilizados em torno dos mesmos propósitos: defender os cidadãos inocentes, punir os prevaricadores e transformar as nossas estradas e as nossas cidades em locais progressivamente menos perigosos para os peões e para os condutores.

No Programa do XVI Governo apresentado em Julho deste ano, foi reafirmado que no âmbito da Prevenção Rodoviária, o Governo preconiza:

*“ A estreita cooperação entre os departamentos responsáveis pela Administração Interna e Obras Públicas e os Transportes, promovendo uma política integrada de prevenção e segurança rodoviária, particularmente orientada para as principais causas da sinistralidade;*

*A continuação da implementação das acções previstas no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária;*  
*A eliminação progressiva dos chamados “pontos negros” na rede viária nacional, com vista a reduzir*





## Intervenção sobre a selecção de juizes e de altos cargos em tribunais internacionais

Deputado Carlos Rodrigues

Assembleia da República, 23 de Setembro de 2004

(...)

Da leitura do preâmbulo do documento regista-se os dois grandes objectivos desta proposta: por um lado assegurar a publicidade do processo de designação dos candidatos e, por outro, garantir a equidade e qualificação dos nomes a apresentar ou indicar.

O cerne do projecto em apreço está postulado no nº1 do seu artigo 4º. Aí é proposta a criação de uma comissão de cariz independente que liderará, condicionará e decidirá sobre aqueles que serão passíveis de ocupar as posições em aberto e a preencher pelo Estado português.

O Partido Social-democrata é absoluta e frontalmente contra esta iniciativa pelas razões de seguida explicitadas.

Parece-nos totalmente desnecessária a criação de mais uma comissão para se debruçar sobre uma temática que é da exclusiva competência do governo. Vem na linha da lusa tradição de complicar e enredar aquilo que deve ser célere, simples e directo, respeitando-se as devidas competências e assegurando a qualidade e a capacidade dos candidatos.

Encaixar mais um organismo na teia, já imensa, da burocracia estatal, não só não resolve nem acrescenta nada, como constitui uma indesejável interpretação dos princípios democráticos, por outras palavras, a decisão que compete a um órgão de soberania, neste caso o governo, passa a ser tomada por uma

qualquer comissão administrativa.

Aceitável e desejável seria assegurar a participação da Assembleia da República, essa sim constituiria uma mais valia inquestionável. É por isso que vemos com alguma surpresa o surgimento deste projecto de lei, quando o autor, neste caso o Partido Socialista, já tinha apresentado num momento anterior outra iniciativa em que chamava o parlamento para um papel mais interventivo e determinante neste tipo de procedimentos refiro-me, como é óbvio, ao projecto de lei 404/IX.

Aplicando esta solução incorporamos, de facto, os dois únicos órgãos que deverão participar nesta decisão. Só assim respeitamos a competência que está definida, garantimos as funções de consulta, acompanhamento e fiscalização do parlamento e o eficaz apuramento das responsabilidades.

Há uma lacuna importante que enferma este projecto de lei, deixa inteiramente ao livre arbítrio desta comissão a definição dos critérios de análise e escolha dos candidatos, promovendo uma adaptabilidade e flexibilidade desajustadas a esta situação concreta. Não é aceitável que seja a própria comissão a ordenar a lista de candidatos, restringindo assim a liberdade de decisão do governo.



Para além de lhe ser atribuída, erradamente, uma competência que é do governo, deixa-se que ela própria se reja, que defina o seu funcionamento sem qualquer controlo, fiscalização nem parametrização da sua acção.

Importante, também, é referir que à luz do direito comparado esta iniciativa não encontra paralelo, constituindo uma excepção à praxis europeia, esta sim, muito mais directa, rápida e eficiente.

Não constituindo, por si só, um argumento relevante, é sintomático que, enquanto partido de governo, o Partido Socialista não tenha sido bafejado pela arte e engenho da musa inspiradora que agora lhe foi providencial. Qual é a razão que está por detrás da criatividade que gerou, isto é, tentou gerar mais um organismo ineficaz, desregulado e complicador?

Confessamos uma enorme perplexidade com esta capacidade que o maior partido da oposição tem de anular uma boa iniciativa com outra avulsa, ligeira, incompleta e com efeitos negativos no bom funcionamento das instituições.

Porque justos somos na análise, o que está patente nesta intervenção em relação à outra iniciativa socialista, realçamos o aspecto positivo lançado pelo nº 3 do artigo 4º, ou seja, a publicitação do processo de selecção. De facto, através do mecanismo previsto estamos a dar cumprimento às sugestões das instituições europeias e às práticas dos outros estados e a permitir que o estado português passe a dispor de uma base de dados valiosa de recursos humanos passíveis de ocupar posições de destaque, quer interna, quer externamente.

Depreende-se, pois, que o Partido Social-Democrata votará contra este projecto de lei que propõe uma solução que atribui a uma comissão exclusivamente técnica e corporativa, um excessivo poder que limita sobremaneira a competência legítima e exclusiva do governo; uma solução que vem acrescentar, sem qualquer benefício adicional, um adicional de burocracia a todo o processo; e, finalmente, uma solução que propõe uma comissão sem legitimidade democrática e que afasta completamente o órgão de soberania que melhor reflecte a democracia, ou seja, o parlamento;

## Intervenção sobre a Revisão do Código da Estrada



ou em cima do passeio, impedindo a circulação dos peões e colocando-os em risco.

Relativamente ao uso do telemóvel a coima mantém-se, mas a contra-ordenação passa de leve para grave como sanção acessória.

No que diz respeito ao uso do cinto de segurança a contra-ordenação passa a grave quando não é utilizado, por exemplo, no transporte de crianças.

Quanto ao álcool, a coima tem um ligeiro aumento nas situações menos graves, mas à medida que o risco aumenta, a sanção e a

penalização é mais significativa, por exemplo, a coima passa de 360 a 1800 € para 500 a 2500 € se a taxa de alcoolémia for igual ou superior a 0,8 Gramas por Litro.

No que diz respeito à velocidade e como tem sido abundantemente referido pretende-se neste novo Código penalizar os excessos de velocidade dentro das localidades e particularmente os grandes excessos de velocidade, seja dentro ou fora das localidades.

Nestes últimos casos quando o excesso de velocidade relativamente ao limite previsto na Lei ultrapassa os 80 Km/hora fora da localidade ou 60 Km/hora dentro das localidades,

passam os condutores a estar sujeitos a uma coima de 500 a 2500 €.

(...)

Os acidentes de viação continuam a ceifar muitas vidas e a gerar feridos e incapacidades que enlutam e acentuam a tragédia de milhares de famílias por ano.

É por isso que temos de continuar a alertar à Sociedade Portuguesa para este flagelo e sermos cada vez mais exigentes e cumpridores das regras de trânsito.

Este é um combate que vale a pena, estamos todos convocados para contribuir para um País mais seguro.

Tomemos como exemplo todos aqueles cujas vidas foram atingidas, para afirmar convictamente a importância deste Código da Estrada, não porque seja uma “solução mágica” mas, porque a sua componente preventiva e a percepção de que a infracção dos crimes cometidos na estrada vão ser identificados e punidos são decisivas para a redução dos comportamentos de risco.

Este é um passo decisivo na direcção certa.

Temos essa obrigação como cidadãos e responsáveis políticos. (...)

## Intervenção sobre os direitos reprodutivos das mulheres

Deputado Salvador Massano Cardoso

Assembleia da República, 17 de Setembro de 2004

(...)

A interpelação ao Governo requerida pelo grupo parlamentar Bloco de Esquerda veio suscitar mais uma vez o debate sobre os direitos reprodutivos das mulheres e as medidas destinadas a preservar e promover este vital campo da saúde. Vital, porque dela depende a sobrevivência dos indivíduos, a qualidade de vida e, até a própria perpetuação da espécie.

A saúde reprodutiva envolve várias valências e etapas as quais merecem a máxima atenção de todos os actores envolvidos. E, são muitos os actores, desde, naturalmente, os protagonistas nucleares, passando pelos responsáveis da saúde, cientistas, diferentes organizações sociais e, naturalmente os políticos com as suas múltiplas funções reguladoras e determinantes da garantia do bem-estar.

Os direitos reprodutivos das mulheres não se cingem apenas à interrupção da gravidez, mas também à satisfação do natural e poderoso desejo de alcançar a plenitude da maternidade e da paternidade. Hoje em dia, a ciência propicia meios, nunca pensados, que permitem atingir este desiderato. A sua importância e operacionalização exigem medidas legislativas, as quais, em breve, também, irão ser discutidas nesta assembleia.

Mas, os direitos reprodutivos passam, igualmente, pelo respeito da biologia dos intervenientes, os quais, são, e, cada vez mais, sujeitos a agressões de índole variada, sobretudo de origem ambiental, com comprometimento do futuro da nossa espécie. Importa, pois, investir na formação e educação de todos, sem excepção, de forma a contribuir para que a saúde não seja uma palavra vã. Educar, informar e modificar comportamentos e estilos de vida, de acordo com o estado actual dos conhecimentos, é uma responsabilidade que o Estado não pode ignorar ou fingir que actua. Tem que actuar mesmo, a sério, de uma forma intensa e persistente.

Relativamente aos assuntos que estamos a discutir, o que é que tem sido feito na área da educação sexual? E, na área do apoio à maternidade? E, na área do planeamento familiar? E, na área da interrupção voluntária da gravidez?

São quatro áreas, todas elas importantes e que foram alvo, recentemente, de um projecto de resolução aprovado pela Assembleia da República. Os princípios subjacentes à sua elaboração prendem-se com a necessidade não só de evitar

gravidezes indesejadas, evitar doenças sexualmente transmissíveis mas também contribuir para uma sexualidade completa e feliz. Falar de sexualidade é falar de um dos mais poderosos impulsos de qualquer espécie que dela se socorre para se perpetuar. Há diferenças relativamente a outras espécies? Claro que há. Mas, também há aspectos que são comuns. O impulso biológico reveste-se de importantes e diversos factores sociais e culturais, os quais, sofrem modificações consoante as épocas e as culturas.

É preciso ter em linha de conta a necessidade de proceder a uma verdadeira educação sexual.

**Todos, ou quase todos, nos interrogamos porque não há sucesso, por que falham as iniciativas nesta área, como é possível, Senhores Membros do Governo, face a tantos instrumentos, técnicas e fontes de informação, não haver uma inversão dos indicadores que lhes estão associados? Fatalidade?** Claro que não! Há, e neste aspecto não temos dúvidas, fenómenos de transição sociológica que explicam, em parte, este desfasamento entre a interiorização dos conceitos e conhecimentos que estão ao nosso dispor e os resultados desejados. Exige tempo, muito tempo, por vezes, arrasta-se mesmo a nível geracional. Mas temos o dever e a responsabilidade de acelerar o processo.

Senhores Membros do Governo o problema é que também entre nós existe um desfasamento entre o que se discute nesta sala e a sua aplicação prática. Como pretende o Governo ultrapassar?

Da insuficiência resultante da formação, educação e intervenção nestas áreas, resulta casos de gravidezes indesejadas. Nestes casos, muitas mulheres socorrem-se do abortamento. A legislação vigente criminaliza esta prática, à excepção dos casos devidamente tipificados...

A interrupção voluntária da gravidez constitui um dos temas, senão mesmo, o tema mais polémico e complexo que já atingiu a nossa sociedade. A amplitude e a variedade das posições têm a ver com os diferentes valores e princípios professados por todos. Além das posições fortemente antagónicas, outras há que se perfilam ao longo de um eixo tradutor de um processo *continuum* que tem como ponto de



partida o momento da fecundação e um outro ponto no qual cada um pretende definir as fronteiras da legalidade. Transformar um processo *continuum* com limites variáveis de acordo com as convicções de cada um, num processo dicotómico, quando é que deve ser considerado crime e não crime, quando deve ser considerado como aceitável e não aceitável, não é tarefa fácil. Mas é isso que se procura. Para o efeito, cada grupo invoca as suas razões a favor ou contra – com todas as nuances possíveis – argumentando que são os detentores da verdade. Serão mesmo? Uma análise rápida dos argumentos aduzidos pelas várias correntes levamos à conclusão que os diferentes componentes da verdade não estão, nem podem estar focalizados numa só opinião, estão sim distribuídos em frações por todas as.

Mas, como não podemos contemplar todas, há que optar por soluções democráticas e, neste caso, já foi dado sinal para a possibilidade de ser realizado futuramente um novo referendo.

(...)

A realidade portuguesa, no tocante à interrupção voluntária da gravidez preocupa-nos, no entanto, não podemos deixar de enfatizar que a nossa legislação sendo em tudo muito semelhante à da nossa vizinha Espanha e, até mesmo mais liberal na questão de alguns prazos, não tem sido utilizada para, **legalmente, dar cobertura à IVG. Senhor Ministro, custa-me a acreditar que os médicos espanhóis sejam mais permissivos nestas matérias, ou mesmo que estejam a abusar.** Fazem, sim, interpretação de que gravidezes indesejadas podem constituir fonte de graves problemas da esfera psíquica. O conceito de saúde é como todos sabemos muito amplo e, ainda bem, não se restringindo às ameaças físicas. A saúde psíquica e a saúde social, tão esquecida, têm que ser tomadas em linha de conta. Não vale a pena

afirmar que são formas encapotadas de justificar o que quer que seja, porque se tal for feito entramos no campo da moralidade. E, neste caso, citando Óscar Wilde, “um homem que moraliza é geralmente um hipócrita”. Como o nosso sistema político não é imune aos moralizadores, estes passam a constituir uma verdadeira ameaça, criando instabilidade, irritação e inflamação social além de ansiedade e mal-estar na vida das pessoas.

(...)

Os debates são essenciais para a prossecução das adequadas medidas políticas. Ressalta, de imediato, neste caso concreto, as diferentes opiniões suportadas pelos mais diversos argumentos. Nada a apontar, até porque as divergências são salutares, traduzindo posturas creíveis e respeitáveis.

Uma das vantagens dos debates, argumentos, contra-argumentos, é lançar a dúvida no adversário. Ótimo. Assim como algumas das nossas posições poderão sofrer algum abalo, também os nossos argumentos não deixarão de semear alguma dúvida nos adversários, mesmo que não confessem. As pequenas ou grandes interrogações que ambos semeiam nos diferentes campos são muito importantes para o progresso e desenvolvimento da sociedade. Quando as coisas decorrem desta maneira podemos congratular-nos, porque traduzem maioridade e civilidade. No entanto, observamos, por vezes, que há individualidades que em vez de exporem as suas opiniões de uma forma eloquente e veemente, como é seu direito, vão muito mais longe querendo que os outros se submetam às mesmas. São os moralistas da política. Têm um perfil fácil de identificar do qual se destacam, entre outros: a intolerância, a arrogância, a incapacidade de compreender a realidade das situações ou motivações, enfim, julgam-se donos e convicts de que a sua forma de ver é a única aceitável.

O Partido Social-democrata não tem uma posição oficial sobre o assunto da interrupção voluntária da gravidez, nem pretende tê-la, permitindo que cada um, de acordo com a sua consciência, proceda, como bem aprouver, sobre a melhor solução para este problema, competindo em última instância aos nossos concidadãos a palavra final. É que no nosso caso a consciência sobrepõe-se à ideologia.



## Intervenção sobre o distrito de Leiria

Deputado Paulo Batista Santos

Assembleia da República, 22 de Setembro de 2004

(...)

Passados dois anos e meio do início desta Legislatura, dirijo-me a esta Câmara para apresentar algumas das preocupações vividas pelas populações do distrito de Leiria, mas também para assinalar o que de positivo foi feito naquela região do centro do País nestes últimos tempos, nomeadamente pela acção dos XV e XVI Governos Constitucionais.

E faço-o num momento especialmente importante para o País – aproxima-se a discussão parlamentar do próximo Orçamento do Estado –, bem como, ao nível político e económico, inicia-se um novo ciclo de confiança e perspectiva-se um novo tempo de crescimento económico.

Nos últimos trimestres, os principais indicadores económicos apresentam valores positivos e os crescentes níveis de confiança do tecido empresarial consolidam a ideia que Portugal caminha a passos largos para a retoma económica e, consequentemente, **gerar as condições necessárias para melhorar as condições de vida dos portugueses, desde logo, daqueles que dispõem de rendimentos mais baixos.**

A política só faz sentido quando é dirigida para as pessoas. A actividade pública é duplamente enriquecedora quando temos condições para alterar o rumo dos acontecimentos.

E foi essa a tarefa crucial desenvolvida pelos Governos apoiados pela actual maioria parlamentar: **colocar de novo Portugal no rumo do desenvolvimento, do rigor orçamental, recuperar o espírito reformista e concretizar uma política coerente de justiça social.**

(...)

De facto, a governação do País pela actual maioria não tem sido tarefa fácil. Foi preciso muita determinação na acção governativa e coragem política para inverter o rumo dos acontecimentos.

(...)

Se recupero as dificuldades nestes últimos tempos de governação e relembro as condições políticas e económicas herdadas pelos

Governos da actual maioria, é porque existem responsabilidades políticas por algumas insuficiências que hoje ainda perduram no distrito de Leiria.

Verificam-se desequilíbrios regionais no nosso País que os Governos da maioria ainda não tiveram tempo, nem condições económicas para atenuar.

Não tenhamos dúvidas, Leiria como outras regiões do País foram especialmente prejudicadas pela política despesista e sectária dos anteriores Governos do Partido Socialista que em períodos economicamente favoráveis foram incapazes de concretizar uma única obra estruturante naquela região do País.

Se agora, passados dois anos e meio do início da Legislatura, apresento o tema a esta Câmara não é por meras razões paroquiais ou sequer por objectivos de natureza partidária – porque, como é do conhecimento geral, a expressão eleitoral do Partido Socialista em Leiria não nos motiva grandes preocupações –, mas antes porque os principais problemas da região resultam de opções erradas do passado e da incapacidade do Estado em promover um correcto planeamento regional e um critério adequado na aplicação dos recursos financeiros, **que necessariamente terá de observar factores como a produtividade dos investimentos e de maior solidariedade inter-regional.**

A esse propósito, permito-me recordar sumariamente a evolução que é hoje possível identificar no distrito de Leiria.

Com 3517 Km<sup>2</sup> de área, o distrito de Leiria integra parte da ancestral Estremadura portuguesa. São 148 as suas freguesias que se distribuem por 16 concelhos. Os concelhos do distrito de Leiria repartem-se por duas CCDRs, a do Centro até à linha da Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, e a de Lisboa e Vale do Tejo, com os concelhos a Sul, facto que tem contribuído para algumas distorções regionais e que justifica o mérito das recentes alterações na configuração das CCDRs.

Com uma população próxima de meio milhão de habitantes e, segundo últimos os Censos de 2001, registou

uma variação positiva de 7,4% na última década.

Este facto, associado à crescente dinâmica empresarial que é, fundamentalmente, do tipo urbano-industrial, faz de Leiria uma das regiões do País que regista um maior crescimento sustentável. Caracterizando-se por um peso significativo nas actividades do sector secundário e terciário, porque, à semelhança do resto do País, o sector primário regista um decréscimo produtivo.

Quanto ao secundário, o Distrito é líder nacional no fabrico de moldes metálicos e assenta, igualmente, o seu peso nas indústrias extractiva, transformadora e construção civil. **Porém, garante uma imagem de marca ligada ao vidro, aos plásticos, à madeira, aos têxteis e aos agro-industriais, sendo um dos distritos com maiores índices das PME/Excelência.**

Já o sector terciário assume mais de 50% de todo o tecido empresarial do distrito, tendo vindo a população activa deste sector a crescer progressivamente nos últimos anos, à semelhança do todo nacional.

São mais de 70% das empresas deste sector que estão ligadas ao comércio, tendo os serviços uma preponderante cobertura com os principais balcões bancários, e as mais importantes seguradoras, tal como uma boa presença de empresas de transportes, de serviços de saúde privados e públicos e uma notável rede escolar da pré-primária ao superior.

Similarmente a imprensa falada e escrita tem no distrito delegações dos principais órgãos nacionais, aos quais já nada ficam a dever em qualidade jornalística muitos dos títulos regionais.

**Nos domínios cultural e da promoção turística**, na região já se encontra uma razoável rede de bibliotecas de leitura pública, bem como proliferam os festivais artísticos, como o internacional “Música em Leiria”, os de Jazz, Rock e os de Teatro na Alta Estremadura, tal como as bienais de artes plásticas, entre outras, na Marinha Grande e Caldas da Rainha.

Assim, não só o Turismo



cultural, como o lazer e o de negócios, são apostas fortes da região. Mas também aqui a divisão distrital caracteriza-se pelas três Regiões de Turismo, a do Centro, a de Leiria – Fátima e a do Oeste, que são as portas de chamada na promoção do grande potencial do Distrito, trazendo milhões de visitantes por ano, ao mesmo tempo que oferecem o 4º parque hoteleiro nacional.

**Esta é uma nova realidade regional, em larga medida associada à iniciativa privada e à riqueza instalada, que tarda em conhecer correspondência ao nível do investimento público essencial para alavancar as potencialidades existentes.**

(...)

A consciência das dificuldades, jamais esmorece a determinação das gentes de Leiria, antes reforça a sua convicção que é preciso trabalhar mais e sobretudo associar o seu contributo para a tarefa essencial da recuperação económica do País.

**Esta é a mensagem fundamental que hoje desejo transmitir a esta Câmara.** Uma mensagem de esperança no futuro, de confiança na governação do País e a plena convicção que valeu a pena passar por alguns sacrifícios, porque hoje já é visível que o País está a melhorar e também a região de Leiria está na linha da frente nesse processo de desenvolvimento.

É certo que em Leiria mantêm-se algumas debilidades, nomeadamente ao nível das ligações ferroviárias e das acessibilidades rodoviárias. Também é um facto que existem projectos estruturantes que tardam em conhecer o melhor desenvolvimento, mas sublinho que mesmo em época de evidentes dificuldades orçamentais, os governos apoiados pela actual maioria já conseguiram **realizações essenciais à melhoria das condições sócio-económicas do distrito de Leiria.**

Poderia aqui enumerar um conjunto vastíssimo de projectos apoiados pelos Governos da actual maioria, mas fico-me por duas simples constatações: o relatório da





## Intervenção sobre o distrito de Leiria



execução do PIDDAC de 2001 – último da inteira responsabilidade do Governo do Partido Socialista –, expressa um investimento realizado no distrito de Leiria próximo do valor de 24 milhões de contos, falando ainda na moeda antiga; **em contrapartida, no final do 1º semestre do presente ano de 2004, foi possível apurar com rigor um investimento público em Leiria na ordem dos 350 milhões de euros, qualquer coisa como 70 milhões de contos.**

Numa frase: **em apenas dois anos de governação, a actual maioria conseguiu**

**praticamente triplicar os valores de investimento público no distrito de Leiria e estou certo que o mesmo sucedeu em outras regiões do País.**

A título de exemplo recorde somente alguns projectos de investimento público em áreas particularmente sensíveis. Destaco desde logo a recente **instalação do Tribunal Administrativo e Tributário de Leiria**, na área da Justiça; a **criação do Centro de Formalidades de Empresas**, no apoio às actividades económicas; e, por estarmos nas vésperas das Jornadas Europeias do Património, destaco ainda as significativas

intervensões na área de valorização do património histórico, **em particular nos conjuntos monásticos classificados como património mundial pela UNESCO da Batalha e Alcobça.**

Como disse anteriormente, muitos outros exemplos poderiam ser referenciados, mas trata-se de uma matéria que, de um modo especial, **será avaliado com todo o rigor pela população do distrito de Leiria.** Com efeito, é esse o objectivo central que nos anima e mobiliza os nossos esforços no apoio à acção governativa da actual maioria.

Neste particular e face à disparidade de valores e à notável inversão da atitude política perante a região, suscita-me apenas citar um conhecido poeta neoclássico, o já falecido inglês Alexander Pope: «errar é humano, perdoar é divino».

**Estão pois, V. Exas., Senhores Deputados do Partido Socialista, perdoados pelo esquecimento a que remeteram o distrito de Leiria e estejam certos que tudo faremos no futuro para continuar assegurar a vossa indispensável presença nas bancadas da Oposição.**  
(...)

## O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre a exigência do reembolso das verbas de repatriamento das vítimas da catástrofe de Vargas(1999) para Portugal.

**Dep(a) Manuela Aguiar**

Requerimento ao Ministério da Presidência e Ministério da segurança Social e do Trabalho

Sobre a regularização dos imigrantes Brasileiros em decorrência do acordo firmado em 11 de Julho de 2003.

**Dep. Eduardo Neves Moreira**

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre a ASEC, Repatriamento, Evacuação

**Dep(a) Manuela Aguiar**

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a redução de turmas na Escola Secundária D. João de Castro

**Dep(a) Isilda Pegado; Aurora Vieira**

Requerimento ao Ministério da educação

Sobre a redução de turmas na Escola Básica de 2º e 3º ciclos da Alesbrança-Feijó, Almada.

**Dep(a) Isilda Pegado; Aurora Vieira**

Requerimento ao Ministério da Educação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre o acesso dos filhos dos emigrantes ao ensino da língua portuguesa e da cultura portuguesa

**Dep. Eduardo Neves Moreira**

Requerimento à Câmara Municipal de Vila do Conde

Sobre o parque comercial de Nassica

**Dep(s). Diogo Luz; Ricardo Almeida**

Requerimento ao Secretário de Estado do Desporto

Sobre a participação nos jogos olímpicos dos Portugueses residentes nas Comunidades do Estrangeiro

**Dep(a) Manuela Aguiar**

Requerimento ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre o acesso dos emigrantes e seus familiares ao ensino superior

**Dep(s) Eduardo Neves Moreira; Manuel Silva**

Requerimento ao Primeiro Ministro

Sobre os Exames nacionais do 12º ano – Deficiência da prova escrita da disciplina de Biologia (nº 102) da 2ª fase de exames

**Dep Fernando Santos Pereira**

Requerimento à Câmara Municipal do Seixal

Sobre o lar de idosos do Seixal – AURPIS ( execução do projecto)

**Dep(s) Luis Rodrigues e outros.**

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre a construção do Hospital de Santo Tirso

**Dep. Abílio Almeida Costa**

Requerimento ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

Sobre as descargas poluentes no Rio Uíma, em Santa Maria da Feira

**Dep. Manuel Oliveira**

## Agendamento

Quarta-Feira, dia 29 de Setembro de 2004-15:00h

-Apreciação do relatório do Provedor de Justiça 2002/2003

-Relatório e Conta de Gerência da Assembleia da República 2002

Petição nº2/VIII/1ª (Jaime Pinho e outros)

(Manifestam total oposição aos projectos de privatização da ponta da Península de Tróia de novas construções na zona das dunas e à intenção de terminar com as carreiras de barcos entre as duas margens)

Petição nº54/IX/2ª (Associação dos amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente)

(Solicitam a recuperação e protecção urgente da Reserva Ornitológica do Mindelo)

Quinta-Feira, dia 30 de Setembro de 2004-15:00h

Proposta de Resolução nº 73/IX(GOV)

(Aprova, para ratificação, a Concordata entre Portugal e a Santa Sé)

Votações

## Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na reunião de dia 24, na Presidência do aprovou 12 diplomas, dos quais duas Propostas de Lei e dez Resoluções. Das resoluções, cinco incidem sobre aspectos de ordenamento do território e são, respectivamente, referidas a:

a) - Ratificação parcial do **Plano de Urbanização do Cadaval e Adão Lobo**, no município do Cadaval.

O Plano de Urbanização do Cadaval e Adão Lobo altera o Plano Director Municipal do Cadaval no que diz respeito à definição de densidade bruta, uma vez que define as áreas urbanizáveis de referência para cálculo do índice de forma diferente. Dispõe também diferentemente daquele plano municipal de ordenamento do território, em matéria de densidade bruta máxima nos espaços de expansão e na zona de transição, bem como nos espaços consolidados, o que justifica a presente ratificação.

b) - Ratificação do Plano de Pormenor de **Ampliação da Zona Industrial de Monte Cavallo**, no município de Vouzela.

O Plano de Pormenor da Ampliação da Zona Industrial de Monte Cavallo altera o Plano Director Municipal de Vouzela, por englobar áreas classificadas neste instrumento de planeamento como Espaço Florestal Arborizado e Espaço Agrícola Complementar, as quais passam a Espaço Industrial.

c) - Ratificação da suspensão parcial do **Plano Director Municipal de Porto de Mós**.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Porto de Mós, de modo a possibilitar a instalação dos parques eólicos de Cabeço do Sol, Chão de Falcão e Alqueidão da Serra, na cumeeada de Chão Falcão, na freguesia de Alqueidão da Serra, empreendimento de manifesto interesse público, atendendo às vantagens ambientais das energias renováveis.

d) - Ratificação parcial do **Plano de Urbanização de Baltar-Vandoma**, no município de Paredes.

O Plano de Urbanização de Baltar-Vandoma altera o Plano Director Municipal, nomeadamente no que respeita a várias parcelas classificadas como Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Floresta Complementar que foram desanexadas e passam a Zona Urbana/Habitacional de baixa densidade, Zona de Equipamentos e Zona de Concentração Industrial

e) - Ratificação do **Plano de Pormenor** para a Avenida do Professor Machado Vilela, entre a Praça da República e a Rua dos Bombeiros, Rua do Professor, Avenida do Autarca, entre o monumento ao autarca, Rua do Condestável D. Nuno Álvares Pereira dos lados Norte e Sul e áreas envolventes ao campo da feira e Quartel dos Bombeiros, **no município de Vila Verde**.

O presente diploma ratifica o Plano de Pormenor para a Av. Professor Machado Vilela e zona envolvente, no âmbito da requalificação da rede viária urbana, na sede do município de Vila Verde.

Sedes da Agência Europeia de Segurança Marítima e do Observatório Europeu para a Droga e Toxicodpendência

Por Resolução do Conselho foi criado um Grupo de Trabalho destinado a desenvolver o processo de instalação, em Lisboa, das sedes da Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) e do Observatório Europeu para a Droga e Toxicodpendência (OEDT), presidido pelo Secretário de Estado dos Assuntos



do Mar.

A presente Resolução do Conselho de Ministros determina a constituição de um Grupo de Trabalho ao qual compete avaliar, programar e propor as acções a desenvolver para a aprovação e financiamento do projecto junto das autoridades orçamentais da União Europeia, bem como estabelecer os necessários contactos com os Serviços da Comissão, do Parlamento Europeu e com os Directores Executivos da AESM e do OEDT e articular com as entidades e Ministérios envolvidos as acções a desenvolver no sentido de implementar todos os compromissos assumidos no Memorando de Entendimento e proceder à articulação com o processo, já iniciado, de reinstalação do OEDT.

A Resolução do Conselho de Ministros estabelece ainda que o Grupo de Trabalho é presidido pelo Secretário de Estado dos Assuntos do Mar, com a faculdade de delegação, e é integrado por vários representantes ministeriais.

Determina-se também que o Grupo de Trabalho cessa a sua actividade na data da efectiva instalação da AESM e reinstalação do OEDT, em Lisboa

Fiscalização e controlo das actividades da pesca

Outra Resolução identifica as entidades e as acções envolvidas na execução de um conjunto de projectos aprovados no âmbito do programa plurianual de investimentos do sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das actividades da pesca (SIFICAP).

Portugal, enquanto Estado-Membro de pleno direito da União Europeia, ao assegurar a execução dos regimes de controlo, de inspecção e de vigilância aplicáveis à política comum de pesca, está a cumprir uma das obrigações de defesa do interesse comunitário, cujo principal pressuposto é garantir a exploração sustentável dos recursos vivos e, em consequência, o emprego nesta actividade económica.

No âmbito do sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das actividades de pesca (SIFICAP), Portugal submeteu à Comissão Europeia, em Maio de 2001 um programa de acção que visa dotar o país de melhores e mais adequados meios de fiscalização e controlo. O programa abrange, designadamente, a aquisição dos meios informáticos e novas tecnologias

## Regime jurídico do arrendamento urbano

Foi aprovada neste Conselho uma Proposta de Lei da maior importância, que autoriza o governo a alterar o regime jurídico do arrendamento urbano. Sobre este assunto, que toca todos os Portugueses, damos substancial desenvolvimento nas páginas interiores desta edição

## Conselho de Ministros

necessárias para melhorar a troca de informações e o controlo da actividade de pesca e a extensão do sistema de localização por satélite. Abrange, ainda, acções de formação de agentes nacionais e a aquisição ou modernização de navios e aeronaves usados nas missões de controlo, inspecção e vigilância das actividades de pesca.

O programa tem um período de aplicação de 3 anos e um valor global de € 103.353.009. Parte desta verba foi já participada pela União Europeia, ao abrigo de Decisões da Comissão que foram acolhidas pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 126/2002 e 142/2003.

A presente Resolução identifica as entidades e as acções envolvidas na execução de um terceiro conjunto de projectos, no âmbito do programa plurianual de investimentos do SIFICAP, aprovados pela Decisão da Comissão n.º 2003/566/CE.

Comissário-Geral de Portugal para a Exposição Internacional de Aichi

Por Resolução do Conselho, foi nomeado o Comissário-Geral de Portugal para a Exposição Internacional de Aichi – Expo Aichi 2005, e delegado nos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, e do Ambiente e do Ordenamento do Território, a supervisão e coordenação a nível governamental da participação portuguesa naquele evento e coordenação a nível governamental da participação portuguesa naquele evento.

Esta Resolução visa viabilizar a participação portuguesa na Exposição Internacional de Aichi – Expo Aichi 2005, determinando os Ministérios competentes pela supervisão e coordenação, ao nível governamental, das actividades a desenvolver, que assumem natureza plurisectorial, e designando o Comissário-Geral que assegurará a representação de Portugal perante a organização do evento.

O diploma estabelece ainda a data de 7 de Outubro do corrente ano como prazo para a apresentação, por parte do Comissário-Geral, do modelo institucional e das actividades a desenvolver para a participação portuguesa

Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional

Uma Resolução do Conselho exonera e nomeia os membros do Conselho

de Administração da Rede Ferroviária Nacional (REFER), E.P.

Através deste diploma, foram nomeados o Dr. José de Sá Braamcamp Sobral, o Dr. José Osório da Gama e Castro, o Eng. Manuel Alfredo Aguiar de Carvalho, o Eng. Luis Miguel Silva e o Dr. José Roque de Pinho Marques Guedes, respectivamente, para os cargos de presidente, vice-presidente e vogais do conselho de administração da Rede Ferroviária Nacional (REFER), E.P.

Conselho de gerência da CP

Finalmente, outra Resolução do Conselho exonera e nomeia os membros do conselho de gerência da CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P.

O presente diploma nomeia, para um mandato de três anos, o Dr. António Manuel Palma Ramalho, os Engs. António Alfredo Pais da Silva Rosinha, Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, José Manuel Saraiva Pires da Fonseca e o Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira, respectivamente, como presidente e vogais do conselho de gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses.

Contratos de aquisição de energia eléctrica

O Conselho elaborou uma Proposta de Lei que autoriza o Governo a legislar no sentido da definição de medidas indemnizatórias pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia eléctrica celebrados entre a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte e as entidades titulares de licenças vinculadas de produção de energia.

Esta proposta de lei visa autorizar o Governo a definir as condições da cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE) e a criação de medidas compensatórias que assegurem a apropriada equivalência económica, relativamente à posição de cada parte no CAE.

A solução legal consagrada no presente diploma possibilita que o processo de cessação dos CAE e a atribuição das correspondentes compensações não conduzam a um acréscimo de custos para os consumidores, porque permite a repercussão, de uma forma diluída, do impacto económico daquelas compensações nas tarifas eléctricas, de modo a tutelar adequadamente os direitos e os interesses económicos dos consumidores de energia eléctrica.

## Comissão de Inquérito ao processo da colocação de professores



O Governo anunciou a criação de uma comissão de inquérito para apurar a “prática de eventuais factos ilícitos” no processo de colocação de professores e que deverá começar a trabalhar a 1 de Outubro.

A constituição da comissão de inquérito é ordenada por despacho da ministra da Educação, Maria do Carmo Seabra, e começará a trabalhar “apenas no dia seguinte” à divulgação da lista de colocação de professores, disse o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, no dia 24, no final da reunião semanal do Conselho de Ministros.

“A colocação dos professores até ao dia 30 é o primeiro objectivo e único neste momento”, disse Morais Sarmento, justificando a razão porque a comissão de inquérito só iniciará os trabalhos depois da divulgação das novas listas.

Morais Sarmento, que falava no final da reunião semanal do Conselho de Ministros, adiantou ainda que a comissão de inquérito terá de entregar um relatório no “prazo máximo de 45 dias”.

A comissão de inquérito será constituída por três pessoas: um magistrado, a ser indicado pelo Conselho Superior de Magistratura, um inspector da Inspeção-Geral da Educação e um inspector da Inspeção-Geral de Finanças.

Segundo o ministro da Presidência, a comissão de inquérito terá poderes para solicitar “todos e quaisquer documentos” que considere necessários e inquirir “todos os sujeitos cujos depoimentos” considere fundamentais.

Frisando que o relatório a apresentar pela comissão de inquérito “não será uma simulação”, Morais Sarmento acrescentou que o objectivo será verificar o “cumprimento de todas as entidades envolvidas, a veracidade das informações que foram sendo prestadas” e a “prática de eventuais factos ilícitos”.

“É fundamental conhecer as razões porque as coisas não correram bem”, sublinhou o Ministro.

Notícias dos Açores

# Victor Cruz encontra Comissária da EU e debate ultra-periferias regionais.

Visitas a ilhas, em pré-campanha

O líder do PSD/Açores em Bruxelas na semana passada, congratulou-se com a preparação do novo programa da Comissão Europeia para as ultra-periferias, que deverá propor a inscrição de uma dotação de 1,2 mil milhões de euros nas Perspectivas Financeiras 2007-2013.

Na sequência do seu encontro com a indigitada Comissária Europeia de Política Regional, Victor Cruz considerou que a proposta em debate “poderá revestir-se de grande importância para a nossa Região” e por isso “deve merecer a especial atenção do futuro Governo da Coligação Açores”.

Para o candidato a Presidente do Governo Regional, o reconhecimento, por parte da Comissão Europeia, da necessidade de uma linha orçamental própria que cumpra o estatuto da ultra-periferia consignado no Tratado da União “representa um passo importante” para uma nova relação com as Regiões Ultra Periféricas (RUP).

O conceito de ultra-periferia, que define os constrangimentos comuns aos Açores, Madeira, Canárias e departamentos ultramarinos franceses, “deve traduzir-se no apoio solidário da União Europeia como factor de compensação dos nossos permanentes handicaps regionais”, sustentou o dirigente político açoriano. No caso dos Açores, prosseguiu Victor Cruz, “estas matérias são suficientemente decisivas para justificar a substituição de um governo regional que não trabalha bem os assuntos comunitários”.

A reunião de Victor Cruz com a Comissária Europeia de Política Regional permitiu sensibilizar a polaca Danuta Hubner para os interesses específicos da Região Autónoma dos Açores. O candidato prometeu, aliás, convidar oficialmente a responsável máxima pela política comunitária das RUP a visitar as ilhas açorianas, se vencer as eleições de 17 de Outubro.

## PSD já prepara a revisão do POSEIMA

Victor Cruz aproveitou ainda a oportunidade para se inteirar do processo de preparação, por parte da Comissão Europeia, de uma alteração ao POSEIMA, um programa de



opções específicas adoptado pelo Conselho em 1991, para fazer face ao afastamento e à insularidade dos Açores e da Madeira. Considerando que a sua nova filosofia de aplicação poderá apontar para uma gestão descentralizada nas duas regiões, o líder da Coligação Açores sustenta que fica reforçada a actualidade de se promover na Região o debate de ideias com vista a reunir propostas de conteúdo para negociar na abertura do respectivo dossier.

Para o candidato a Presidente do Governo, “é preciso aproveitar a oportunidade para introduzir alterações ao POSEIMA que correspondam melhor aos nossos interesses, invocando, desde logo, o argumento da necessidade de adaptação do programa às novas realidades da PAC”. Aliás, o PSD “já está a trabalhar nesse sentido”, através de ‘workshops’, organizados pelo euro deputado Duarte Freitas em diferentes ilhas açorianas.

A iniciativa do deputado açoriano ao Parlamento Europeu, que acompanhou Victor Cruz no encontro com a Comissária Hubner, visa a reflexão e o debate para a elaboração de um conjunto de propostas a apresentar aquando da abertura formal do processo. A revisão do POSEIMA obriga a um diálogo proveitoso das autoridades regionais junto do Governo da República, que é quem negocia com a União Europeia, situação encarada pelo líder social-democrata como “mais uma vantagem da Coligação Açores”.

Na sua rápida deslocação a Bruxelas, Victor Cruz foi recebido pelo Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, conforme oportunamente anunciado, numa audiência sem precedentes para a Região Autónoma dos Açores. Ainda antes do seu regresso a Portugal, o candidato a Presidente do Governo Regional almoçou no Parlamento Europeu com o líder da representação portuguesa, João de Deus Pinheiro, e outros eurodeputados eleitos pelo PSD, como Assunção Esteves, Carlos Coelho e Sérgio Marques, além do dirigente comunitário Nunes Liberato.

## Um Governo da Coligação Açores garantirá Marginal da Praia da Vitória

O líder do PSD garantiu hoje, na Ilha Terceira, que o futuro Governo Regional da Coligação Açores vai cooperar com a Câmara Municipal da Praia da Vitória na execução do projecto de renovação e ampliação da avenida marginal da cidade. Victor Cruz assumiu o compromisso num encontro com jornalistas, acompanhado dos autarcas locais e candidatos a deputados José Fernando Gomes e Clélio Meneses.

O projecto de renovação e ampliação da marginal da Praia da Vitória, que poderá ser executado no âmbito das Sociedades de Desenvolvimento propostas pela

Coligação Açores, inclui também a construção do Laboratório de Ambiente Marinho, considerado por Victor Cruz como “muito importante para a investigação científica, designadamente, na área do hidrogénio”.

A valorização ambiental e turística da orla marítima da cidade da Praia da Vitória constitui o objectivo estratégico da intervenção conjunta do Governo Regional e da Câmara Municipal, se a Coligação Açores vencer as eleições regionais de 17 de Outubro. A obra prevê a instalação de infraestruturas de lazer e animação, como bares e restaurantes, zonas pedonais e ciclovias.

Victor Cruz considerou que a apresentação deste projecto constitui “mais um exemplo emblemático da vontade de cooperação” de um governo liderado pelo PSD com todas as autarquias açorianas, ao mesmo tempo que “ilustra negativamente a prática discriminatória da actual governação socialista”.

De facto, o ultimo Governo Regional do PSD, em 1996, criou um grupo de trabalho para o desenvolvimento deste projecto, que “nada avançou” durante os dois mandatos do PS, explicou Victor Cruz, “apesar das sucessivas insistências da Câmara Municipal da Praia da Vitória”. Além disso, o actual Presidente do Governo garantiu, em Abril de 2003, noutro concelho da Ilha Terceira, que iria propor à Praia

Notícias dos Açores

# As futuras «Sociedades de Desenvolvimento» serão fundamentais para a Praia com a valorização da orla marítima

da Vitória um projecto de cooperação para a execução desta obra, “mas a verdade é que nunca houve qualquer contacto” com a edilidade praiense.

Agora, no próprio dia em que a Coligação Açores assume este compromisso público, o Governo do PS, “para espanto de todos, dá-se ao ridículo de fazer constar” que a sua proposta de Fundo de Coesão Regional também serviria para participar a marginal da Praia da Vitória, denunciou Victor Cruz.

Outro exemplo de como a Ilha Terceira, e em especial, o concelho da Praia da Vitória “têm sido esquecidos” pela governação socialista, foi apontado no encontro dos dirigentes e candidatos do PSD e do CDS-PP com os jornalistas terceirenses. Trata-se do projecto de

## Impacto financeiro da proposta de redução de 20% no preço das passagens aéreas inter-ilhas

O candidato da Coligação Açores a Presidente do Governo Regional explicou, na sua visita de trabalho à Ilha do Pico, o impacto financeiro da sua proposta de redução de 20% no preço das passagens aéreas inter-ilhas.

Victor Cruz garantiu que vai implementar esta medida a favor das populações, se vencer as eleições de 17 de Outubro, porque ela é “muito importante para a dinamização da economia açoriana” e apenas representa cerca de 0,3% do orçamento regional.



Delgada e Horta ou entre a Terceira e a Horta passam dos actuais 136 euros para 109, enquanto que as ligações dos dois extremos do arquipélago, entre Santa Maria e Flores ou Corvo, baixam de 154 para 124 euros.

“Administrar melhor o actual orçamento regional já dá e cresce para pagar estas e outras propostas da Coligação Açores”, considerou Victor Cruz, acrescentando que Carlos César “ficou tão nervoso ao ponto de nos chamar irresponsáveis por causa de uma medida desejada pelos açorianos”. “Sabemos fazer as contas e temos as contas feitas”, conclui, “mas agora está na hora é de pedir contas ao PS pelo que prometeu e não cumpriu”.

## Victor Cruz “... preparado para cumprir”

Na sessão de apresentação pública dos candidatos a deputados da Coligação Açores à Assembleia Legislativa Regional pelo círculo eleitoral do Pico, que reuniu cerca de três centenas de pessoas no salão da sociedade da filarmónica da Madalena, Victor Cruz reafirmou os seus compromissos para os três concelhos picoenses, garantindo que está “preparado para cumprir” o que promete.

“Temos as contas feitas e temos soluções eficazes para gerir melhor os recursos disponíveis e para captar ainda mais investimento”. Com o modelo das Sociedades de Desenvolvimento, prosseguiu Victor Cruz, “podemos agrupar todos os

investimentos que têm retorno financeiro e executá-los ao mesmo tempo”.

A construção da nova Escola Básica Integrada/Secundária das Lajes do Pico, a assunção do investimento da Estrada Cachorro-Barca como via literal de ligação entre o Aeroporto e o Porto da Madalena e a melhoria da plataforma e repavimentação das Estradas Transversal e Longitudinal e respectivos ramais de acesso aos portos, constituem apenas alguns dos compromissos que constam da “Plataforma Eleitoral da Coligação Açores para a Ilha do Pico”, apresentada nesta sessão. O documento garante também, nas Lajes do Pico, o melhoramento e ordenamento do porto, incluindo zona de recreio náutico e requalificação da frente marítima, bem como, em S. Roque do Pico, a construção de infra-estruturas para

construção da piscina da Escola Secundária Vitorino Nemésio, destinada a utilização comunitária, que o último Governo Regional do PSD “deixou pronto em 1996” mas que “nunca avançou em oito anos de governos do PS”.

Na apresentação do projecto de renovação e ampliação da frente marginal da Praia da Vitória, além do candidato da Coligação Açores a Presidente do Governo Regional, participaram também alguns dos candidatos da coligação ao parlamento açoriano, pelo círculo eleitoral da Terceira, como Clélio Meneses, José Fernando Gomes, António Ventura, Artur Lima, Carla Bretão e Nuno Melo Alves.

A redução em 20% das tarifas aéreas entre todas as ilhas dos Açores corresponde a um “investimento estratégico” de três milhões de euros num orçamento global de 808 milhões de euros e terá um “impacto significativo em ter sociais e económicos, facilitando a mobilidade dos açorianos e reforçando o desenvolvimento do turismo”, conforme referiu Victor Cruz.

O líder social-democrata exemplificou que uma tarifa de residente de idade e volta entre Ponta Delgada e Terceira, por exemplo, custa actualmente 130 euros e passará a custar 104 com a concretização da proposta da Coligação Açores. Do mesmo modo, as ligações entre Ponta



passageiros, recreio náutico e pescas na zona do Cais Velho e requalificação da frente marítima do actual porto, entre outras medidas. - PSD/Açores

# Reforma da Habitação

Uma das grandes reformas que o Governo inseriu do seu programa, eventualmente das que maior impacto virá trazer à vida de todos os Portugueses, incluindo substanciais modificações na sua mobilidade laboral, e conseqüentemente no próprio estilo de vida, é agora posta em marcha pela aprovação, em Conselho de Ministros, da proposta de Lei para o arrendamento urbano, um pacote legislativo que vai trazer alterações relevantes sobretudo para os contratos anteriores a 1990 (cerca de 428 mil).

A proposta de Lei, aprovada no Conselho de Ministros de sexta-feira passada, foi apresentada ao público, ao fim da tarde, pelo Primeiro-Ministro, que estava acompanhado por forte representação do Governo, nove ministros e uma secretária de Estado, o que demonstra bem a “a determinação firme” de levar por diante uma reforma “que devia ter sido feita há muitos anos”.

“Desejamos sinceramente que a esta reforma se possam associar os partidos políticos” da oposição, disse Santana Lopes, na apresentação da reforma do arrendamento.

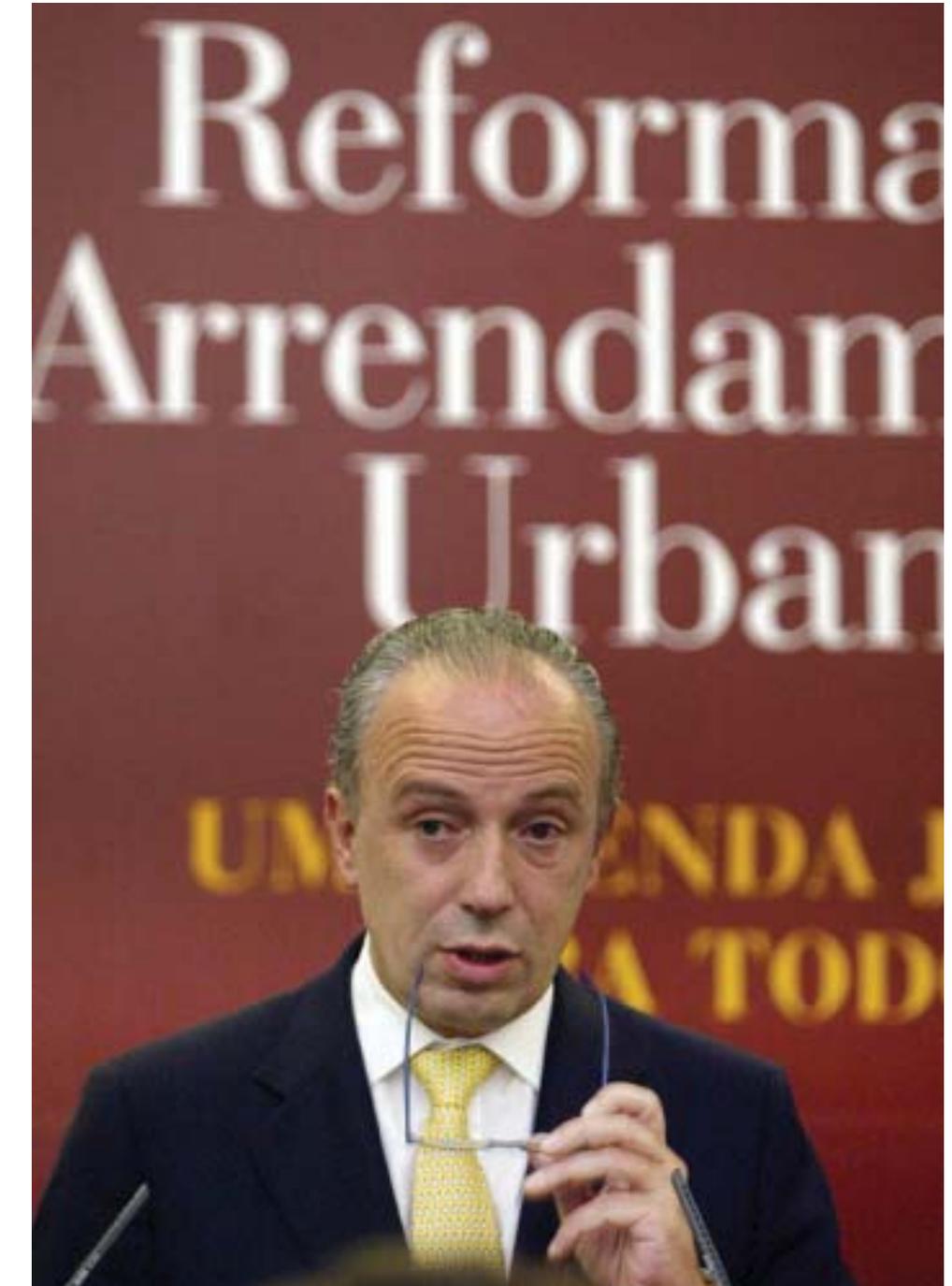
Frisando que se trata de uma “solução global e integrada”, através da qual se pretende inverter a situação do mercado de arrendamento, tornando-o “mais dinâmico”, o Primeiro-Ministro frisou que se trata de “uma reforma difícil e muito sensível”.

“Mas todos sairão beneficiados”, garantiu Santana Lopes, sublinhando que o objectivo do governo é “proteger quem mais precisa”. Adiantou ainda que Portugal é o último país da Europa a fazer a reforma do arrendamento e que, por falta de “decisão política, o país tem pago uma alta factura”.

“É uma reforma justa, que promove o equilíbrio entre os direitos dos proprietários e os direitos dos inquilinos, financeiramente exequível. Uma reforma eficaz e eficiente, economicamente atractiva”, sustentou o Primeiro-Ministro.

A promoção do mercado de arrendamento e da mobilidade dos cidadãos, o incentivo à reabilitação urbana e conseqüente regresso das pessoas aos centros das cidades, a garantia de qualidade habitacional e do acesso dos jovens a habitações condignas são, segundo Santana Lopes, os objectivos que orientaram a reforma da legislação.

“O governo tem consciência de que a reforma tem de ser feita com pessoas e de forma justa”, afirmou, recordando que serão atribuídos subsídios por um “longo período de tempo, dando tempo para o mercado



se reajustar”.

Santana Lopes salientou que o governo espera que a aplicação da reforma “comece a ter efeitos tão depressa quanto possível”.

Recusando a ideia de que a aprovação da nova lei, nesta altura, tenha qualquer coisa a ver com ciclos políticos, Santana Lopes afirmou que, do ponto de vista da teoria política, a altura escolhida para fazer a reforma que poderá ser tudo menos

eleitoralista, antes pelo contrário, até poderia ser classificada como “masoquista”.

“A lei tem momentos diferentes de aplicação”, salientou Santana Lopes, acrescentando esperar que a reforma seja encarada como “um factor indutor do crescimento da economia”.

O novo pacote legislativo vai ser apresentado à Assembleia da República e a intenção do Governo é

que ela vigore em 2005. Aliás, o Primeiro-Ministro adiantou mesmo que está já definida a cabimentação orçamental destinada a esta reforma: 55 milhões de euros para responder, equitativamente, às necessidades de apoio aos inquilinos, através de subsídio ao arrendamento, e as ajudas às obras de recuperação urbana, através do programa Reabilita que vai ser gerido pelo Instituto Nacional de Habitação.

Reforma da habitação

## Modelo técnico-jurídico da Lei assenta na separação de contratos em regimes «novo» e «de transição»



“Uma reforma justa, que promove o equilíbrio entre os direitos dos proprietários e os direitos dos inquilinos”, que é “financeiramente exequível”, classificou o Primeiro-Ministro.

Quanto a eventuais efeitos no PIB, disse “estamos todos em crenças que a reforma terá mesmo impactos positivos”.

Em seguida o Ministro das Cidades, José Luís Arnaut, prestou esclarecimentos mais detalhados sobre a nova Lei, começando por dizer que o optimismo do Governo, relativamente ao impacto financeiro positivo sustenta-se num esperado aumento de receitas, em sede de IVA, IRC e IRS, trazidas pelas actividades da reconstrução e pelo aumento de receitas dos senhorios, como explicou o ministro das Cidades. José Luís Arnaut considera que este aumento de receitas cubra as necessidades orçamentais de apoios aos inquilinos cujos subsídios poderão ter a duração de nove anos.

José Luís Arnaut explicou que a nova legislação divide os arrendatários em dois grupos, conforme tenham mais ou menos de 65 anos, deixando de fora da reforma

quem tiver idade superior àquele limite e cujo agregado tenha rendimentos anuais inferiores a 5 salários mínimos, (25.592 euros).

Para estes, a única coisa que muda com a nova lei, por ser uma regra geral, é o fim da transmissão dos contratos. O rendimento dos agregados (rendimento anual bruto corrigido) é apurado pela soma dos rendimentos de todos os elementos que compõem o agregado familiar, mas corrigida “em função do número de dependentes, do grau de incapacidade dos elementos com deficiência e da tipologia da habitação arrendada”, explica o Ministro.

Das famílias referenciadas neste grupo, mais de metade (cerca de 53 por cento), têm contratos de arrendamento anteriores à reforma feita em 1990 e pagam uma renda média anual de apenas 377 euros. O grupo de arrendatários que têm idade superior a 65 anos, mas rendimentos do agregado que superem 25.592 euros anuais, que o Ministério calcula serem 13 mil famílias, terá um regime de “renda base condicionada”, que se traduzirá, em termos práticos, em valores médios equivalentes a cerca de metade do valor de mercado. Este

regime não é novo, está previsto na lei desde 1984, e determina que “a renda não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa de 8 por cento ao ano sobre o valor do fogo, no ano de celebração do contrato”.

Qualquer alteração no valor da renda só poderá ser feita se o proprietário tiver um certificado de habitabilidade, que comprova que os locais têm as condições consideradas mínimas para serem habitados.

### O modelo Técnico-Jurídico da Lei

O modelo técnico-jurídico da proposta de Lei, assenta na separação dos contratos de arrendamento a celebrar a partir da publicação da lei e os contratos de arrendamento em vigor, originando respectivamente, um regime novo e um regime de transição. Os contratos antigos manter-se-ão ao abrigo do actual regime, mas transitando para o novo regime pela aplicação de regras contidas no Regime de Transição.

O Regime de transição aplica-se a todos os contratos de arrendamento

anteriores a 1990.

As pessoas com mais de 65 anos não podem ser despejadas em consequência desta reforma, desde que os 65 anos sejam completados até à data da recepção da comunicação do senhorio, onde este expressa a sua intenção de passar o contrato para o novo regime.

O cônjuge pode suceder no contrato de arrendamento nos contratos submetidos ao Regime de Arrendamento Urbano (RAU-1990), e no caso de falecimento do titular do contrato, este transmite-se ao cônjuge aplicando-se o regime de transição. Ou seja se este tiver idade igual ou superior a 65 anos não terá aumento de renda e não poderá ser despejado.

Se o cônjuge sobrevivo tiver filhos menores ou em idade escolar, até que os filhos completem a maioridade ou a actividade escolar, até aos 25 anos, o contrato permanece inalterado. Se o cônjuge for portador de deficiência ou tiver um deficiente a cargo, também neste caso o contrato permanece inalterado.

Serão apoiadas pelo novo diploma as famílias mais carenciadas, ou seja, aquelas cujo rendimento anual bruto

Reforma da habitação

# Aumentos não serão imediatos. Há faseamento de 3 a 6 anos conforme o rendimento familiar

corrigido (RABC) for inferior a três retribuições mínimas nacionais (nova designação para o salário mínimo nacional).

O cálculo do subsídio especial de renda será efectuado com base numa taxa de esforço aplicada ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar, de forma que o encargo com a nova renda não exceda uma determinada percentagem do rendimento do agregado. Essa percentagem pode oscilar de forma progressiva entre os 10% e os 30%.

Para os jovens não vai haver alterações ao IAJ (Incentivo ao Arrendamento Jovem). Por seu lado, as pessoas com deficiência vão ser apoiadas, pois os agregados familiares que tenham elementos portadores de deficiência vão ser beneficiados em 20% na correcção do seu rendimento anual bruto.

O aumento das rendas não é imediato para o preço de mercado. Existe um faseamento que pode ir, no mínimo, de 3 a 6 anos conforme o rendimento do agregado familiar que abaixo observaremos com mais pormenor. Assim:

## Arrendamento familiar ou individual

a) Para as famílias com rendimentos inferiores a 5 retribuições mínimas nacionais, o período de transição é de 6 anos (3 anos de renda base condicionada + 3 anos de renda negociada);

b) Para as famílias com rendimentos superiores a 5 retribuições mínimas nacionais, o senhorio só poderá tomar a iniciativa de transitar o contrato para o novo regime seis meses após a data da entrada em vigor da lei; após este prazo, o período de transição será, no mínimo, de 3 anos (ou seja, 3 anos de renda negociada).

Não pode haver aumento de renda numa casa degradada, pois os aumentos só se podem verificar nas casas que tenham condições mínimas de habitabilidade, ou seja, de segurança e salubridade. Estas condições são garantidas pelo certificado de habitabilidade, concedido pela Câmara Municipal, após vistoria, efectuada por peritos inscritos em listas da Ordem dos Engenheiros e dos Arquitectos.

Os proprietários serão apoiados na reabilitação dos seus imóveis,

através do REABILITA, que é um novo programa que reúne todos os incentivos de apoio à reabilitação que, por serem demasiado complexos, não tiveram a adesão esperada.

O REABILITA simplifica os procedimentos e agiliza as soluções de apoio financeiro (empréstimos com juros bonificados, empréstimos com período de carência e apoios a fundo perdido). Haverá ainda uma bonificação especial para os proprietários que recorram ao programa REABILITA nos primeiros dois anos da sua vigência.

Não poderá haver qualquer aumento de renda sem acordo entre inquilino e proprietário. Em caso de ausência de acordo, o senhorio poderá denunciar o contrato, pagando uma justa indemnização ao arrendatário.

Essa indemnização é calculada com base no valor médio das propostas de renda apresentadas pelas duas partes, multiplicada por um determinado número de anos.

As benfeitorias na casa do inquilino serão consideradas na indemnização acrescentando ao valor da indemnização, o valor das benfeitorias realizadas pelo arrendatário.

## Arrendamento comercial

O novo regime vai ser aplicado aos contratos de arrendamento comercial, tendo em conta três classes de arrendatários:

- As micro empresas e empresários em nome individual;
- As instituições sociais e religiosas e fundações e associações de interesse público;
- As grandes empresas e o Estado.

Na transição do regime, as micro-empresas e os empresários em nome individual são protegidas, de forma que nos primeiros três anos estarão sujeitas à renda base condicionada; nos cinco anos seguintes a renda aplicável ao contrato será a negociada pelas partes, não podendo o contrato ser denunciado antes do final desse período, excepto se as partes não chegarem a acordo quanto ao valor da renda, caso em que o senhorio pode denunciar o contrato, pagando uma indemnização ao arrendatário equivalente a quatro anos do valor médio das propostas de ambas as partes.

No caso das instituições sociais e religiosas e fundações e associações

de interesse público, nos primeiros três anos estarão sujeitas à renda base condicionada; nos sete anos seguintes a renda aplicável ao contrato será a negociada pelas partes, não podendo o contrato ser denunciado antes do final desse período, excepto se as partes não chegarem a acordo quanto ao valor da renda, caso em que o senhorio pode denunciar o contrato, pagando uma indemnização ao arrendatário equivalente a quatro anos do valor médio das propostas de ambas as partes.

Aos restantes contratos aplica-se a regra geral; ou seja, dois anos de renda base condicionada, seguidos de um mínimo de três anos de renda negociada, período durante o qual o contrato não pode ser denunciado; se as partes não chegarem a acordo quanto ao valor da renda negociada, então, o senhorio poderá denunciar o contrato, desde que pague uma indemnização correspondente a quatro anos do valor médio das propostas de ambas as partes.

Quanto ao Estado, aplica-se a regra geral, referida na questão anterior.

## Algumas definições para melhor compreensão da Lei

**Certificado de Habitabilidade:** é o documento comprovativo de que os locais arrendados ou destinados a arrendamento para habitação reúnem os requisitos mínimos de segurança e de salubridade. Serão efectuados por profissionais inscritos nas ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos, e depois depositados nas câmaras municipais, que ficam, também, com a obrigação de os fiscalizar.

**Renda Base Condicionada:** Este conceito foi introduzido em 1981 e o seu objectivo foi estabelecer um valor moderado de renda, cujo valor máximo está limitado a uma taxa de rendibilidade do investimento efectuado. A fórmula utilizada para o cálculo da renda base condicionada tem em conta os seguintes factores: área útil do fogo, preço da habitação por metro quadrado e nível de conforto do fogo. Por ser uma renda cujo valor está expurgado de factores especulativos e também pelo facto de ser um conceito há muito utilizado, o Governo entendeu-o como adequado a ser aplicado na primeira fase do

regime de transição, com as alterações trazidas pela necessária existência de um certificado de habitabilidade.

**Renda Negociada:** A renda negociada resulta de uma negociação entre proprietário e arrendatário em que os dois têm a possibilidade de revelar as suas preferências. Após a realização das obras necessárias, o proprietário propõe ao arrendatário uma nova renda, que será objecto de contraproposta por parte do arrendatário, podendo acontecer um de dois desfechos. O arrendatário e proprietário chegam a acordo quanto à renda, e será esta a vigorar durante o prazo que vierem a acordar – mínimo de três anos. Se as partes não chegam a acordo, o proprietário terá que indemnizar o arrendatário 36 meses de renda, num valor achado com base no valor médio das propostas do senhorio e do arrendatário.

**Rendimento anual bruto corrigido (RABC):** É a soma dos rendimentos de todos os elementos que compõem o agregado familiar corrigida em função do número de dependentes, do grau de incapacidade dos elementos com deficiência e da tipologia da habitação arrendada.

**Agregado Familiar:** O arrendatário e o conjunto de pessoas que com ele vivem em comunhão de habitação, bem como os ascendentes nas mesmas condições.

**Dependentes:** A pessoa ou o conjunto de pessoas previstas no n.º 4 do artigo 13.º do CIRS, bem como os ascendentes que vivam efectivamente em comunhão de habitação com o arrendatário.

**Retribuição mínima nacional anual (anteriormente Salário Mínimo Nacional) RMN):** O valor da retribuição mínima mensal garantida (Euros 365,60), a que se refere o n.º 1 do artigo 266.º do Código do Trabalho, multiplicado por catorze meses.

**Taxa de esforço:** O valor, em percentagem, resultante da relação entre o rendimento anual bruto corrigido e a retribuição mínima nacional anual.

– Povo Livre, com a “Lusa” e o “Público”

# O Primeiro-Ministro nas Nações Unidas

No quadro da sua deslocação a Nova Iorque, para participar na reunião da Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes estabeleceu muitos contactos bilaterais, incluindo com Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique, com o seu homólogo iraquiano, Iyad Allawi, uma intervenção na conferência de líderes de mais de 50 países, no âmbito da campanha contra a fome e a pobreza, lançada pelo Presidente do Brasil, Lula da Silva e impôs ao antigo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Frank Carlucci, as insígnias da Ordem do Infante, com a qual este foi condecorado pelo Presidente da República.

No dia 20, Santana Lopes manteve a reunião que estava prevista, com o Primeiro-Ministro do Iraque e, à saída, revelou que oficiais portugueses poderão vir a ser destacados para o Iraque, para dar formação às forças de segurança iraquianas, no âmbito de uma missão da NATO.

O encontro entre Santana Lopes e Allawi surgiu um dia depois de o chefe do Executivo português ter afirmado a possibilidade desse destacamento.

«Admitimos participar na formação de forças de segurança iraquianas. Portugal admite essa possibilidade», disse o chefe do executivo à Informação.

Santana Lopes rejeitou a ideia de que tal cooperação na área da formação de forças de segurança implique a ida de novos contingentes para território iraquiano.

«Não serão contingentes, mas sim oficiais destacados para dar formação» às forças de segurança, sublinhou.

A NATO, em finais de Junho, aceitou o princípio de ajuda à formação de forças de segurança iraquianas e encara agora negociações entre os seus membros sobre as modalidades e o quadro político dessa missão.

Uma das características desta missão é o envio de instrutores para formar oficiais num centro de formação em território iraquiano.

Também a missão da GNR no Iraque foi um dos temas abordados no encontro entre Santana Lopes e Iyad Allawi.

O Primeiro-Ministro português reafirmou que aquela força tem ordens para ficar no território até ao final de Novembro, afastando para negociações sobre um eventual pedido iraquiano, a possibilidade de a missão ser alargada até à realização das eleições no país, que estão agendadas para Janeiro próximo.

Santana Lopes encerrou a sua agenda de hoje, participando numa recepção oferecida pelo Presidente



dos Estados Unidos, George W. Bush.

Entretanto, os países que integram a NATO – da qual Portugal é membro-fundador – iniciaram na segunda-feira em Bruxelas novas discussões para chegarem a um consenso quanto à forma de pôr em prática uma missão da Aliança Atlântica de formação das forças de segurança no Iraque.

A NATO aceitou, em finais de Junho, o princípio de ajudar na formação de forças de segurança iraquianas e encara agora duras negociações entre os seus membros sobre as modalidades e o quadro político dessa missão.

Na sexta-feira, a França e a Bélgica, apoiados pela Alemanha e pela Espanha, colocaram reservas quanto ao projecto de decisão adoptado pelo secretário-geral da Aliança Atlântica, Jaap de Hoop Scheffer, exigindo uma clarificação.

Uma das principais características desta missão é o envio de oficiais instrutores para formar oficiais num centro de formação situado em território iraquiano.

Paris, Berlim e Bruxelas bem como Madrid, rejeitaram categoricamente enviar soldados para o Iraque no quadro desta missão de formação, tal como defendem os Estados Unidos.

Questionado sobre a possibilidade de a missão da GNR no Iraque vir a ser alargada até à realização de eleições no país – agendadas para Janeiro próximo – o Primeiro-Ministro reafirmou que aquela força tem ordens para ficar no território

apenas até ao final de Novembro.

“Não há nenhuma decisão tomada sobre isso. Temos um compromisso até Novembro”, reafirmou Santana Lopes, sublinhando que “é importante que Portugal respeite os seus compromissos”.

Ainda assim, frisou, qualquer alteração ao actual quadro da participação de Portugal nas acções de estabilização no Iraque será uma “acção a tomar sob a legitimação e sob a égide das Nações Unidas”.

## Negociações sobre Cabora-Bassa na recta final

Após a reunião com Chissano, que decorreu durante um pequeno-almoço de trabalho, ao qual esteve presente o Ministro dos Estrangeiros português, embaixador António Monteiro, Santana Lopes disse à Lusa que as negociações entre Portugal e Moçambique sobre a Hidroelétrica de Cabora Bassa estão próximas de uma solução final, estando marcada para os próximos dias 27 e 28 uma nova ronda negocial.

“Sinto-me satisfeito com o bom ambiente de cooperação com Moçambique”, disse o Primeiro-Ministro, sublinhando que as relações económicas e comerciais entre os dois países estão num bom momento.

No que deverá ser uma das últimas reuniões sobre o assunto, serão abordados pormenores “sobre o desenho final da estrutura accionista e sobre questões de ordem

financeira”.

Depois do pequeno-almoço, que durou cerca de uma hora, o presidente moçambicano salientou que o encontro decorreu no mesmo ambiente informal e de bom entendimento imprimido pelo anterior Primeiro-Ministro, Durão Barroso.

Joaquim Chissano adiantou que na reunião foram também abordados outros aspectos da cooperação bilateral, que não especificou.

Por seu turno, Santana Lopes considerou Chissano “um bom amigo de Portugal” e este primeiro encontro com o chefe de Estado moçambicano “um excelente começo”.

Segundo disse à Agência Lusa o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, ainda não está decidido onde se reunirão, na próxima semana, as delegações de Portugal e Moçambique, responsáveis pelo “dossier” de Cabora Bassa.

Depois de uma primeira reunião formal sobre a HCB realizada em Junho, na capital portuguesa, um segundo encontro, marcado para Agosto, em Maputo, acabou por ser adiado, devido à mudança de governo em Portugal, que determinou também a saída do executivo do secretário de Estado do Tesouro Esteves de Carvalho, que coordenava a parte portuguesa nas negociações com Moçambique.

Portugal detém 82 por cento do capital da HCB e o restante pertence ao Estado moçambicano, tendo os dois países já acordado na inversão

## O Primeiro-Ministro nas Nações Unidas

da estrutura accionista a favor de Moçambique.

No entanto, a dívida de 1,8 mil milhões de euros reclamada por Portugal como compensação para a construção e manutenção da barragem, construída ainda antes da independência de Moçambique, em 1975, constitui o cerne da questão.

### Líderes mundiais contra a fome e a pobreza

Na cimeira de líderes contra a fome e a pobreza, iniciativa que foi relançada pelo Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e organizada pelo chamado “Quinteto contra a Fome” (Brasil, França, Chile, Espanha e Nações Unidas), o Primeiro-Ministro de Portugal, no discurso que proferiu no dia 20, anunciou trazia “algumas decisões” para este encontro e especificou que, no próximo ano, Portugal vai aumentar em 50 por cento as suas contribuições para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o programa da ONU contra a fome.

Uma fonte do gabinete do Primeiro-Ministro especificou que a contribuição portuguesa, que actualmente ronda os 1,47 milhões de euros anuais, passará a ser de 2,21 milhões de euros.

O Primeiro-Ministro assumiu ainda o compromisso de, até ao termo do próximo mandato do Governo e do Parlamento, em 2010, Portugal caminhar no sentido de alcançar os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos na Declaração do Milénio, há quatro anos.

Na altura, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de desenvolver esforços para dedicar aos programas de desenvolvimento e combate à fome 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Actualmente, disse a mesma fonte do gabinete do Primeiro-Ministro, Portugal já dedica 0,3 por cento do seu PIB aos programas de desenvolvimento, o que percentualmente é mais do que muitos outros países bem mais ricos que Portugal.

Na mesma reunião, o Secretário-Geral Kofi Annan, alertou para a lentidão com que se avança na luta contra a fome e a pobreza, sublinhando que combater estes problemas “não é apenas uma questão de dinheiro”.

Annan foi um dos primeiros a apoiar a iniciativa de Lula da Silva, com a qual se espera revitalizar os esforços para reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema e sofrem de fome, até ao ano de 2015, tal como foi

acordado entre mais de 190 líderes de todo o mundo há quatro anos, na Declaração do Milénio.

Mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo vivem em extrema pobreza, com menos de um dólar por dia, e mais de 840 milhões sofrem de fome e de subnutrição.

Referindo que “com criatividade

abordar o papel das Nações Unidas no Mundo actual, dizendo:

«Portugal quer que as Nações Unidas ocupem o lugar central que lhes cabe por direito próprio no concerto das nações que dela fazem parte. As Nações Unidas são a organização internacional indispensável. Sem este projecto que

desta Organização que importa preservar e revitalizar. Esta é, verdadeiramente, a nossa causa comum – a causa da humanidade.

«Senhor Presidente, o mês de Setembro, nesta cidade, traz inevitavelmente à memória o horror de há três anos. E obriga-nos a olhar para os desafios à paz que esta Organização, e todos nós, enfrentamos. Os trágicos acontecimentos em Madrid, Beslan, Bagdade, Jacarta e noutros locais, mostram que o terrorismo tocou na mais funda e escura das trevas.

«Nenhuma causa, nenhuma ideia, justifica actos de pura barbárie e o derramamento do sangue de inocentes. O terrorismo é um inimigo da humanidade.

### Cabe também às Nações Unidas dar um contributo decisivo na articulação de uma estratégia global de combate ao terrorismo

«Portugal entende que cabe também às Nações Unidas dar um contributo decisivo na articulação de uma estratégia global de combate ao terrorismo. E de uma estratégia que tenha em conta não só as respostas óbvias de natureza securitária, mas também outros elementos potencialmente geradores de violência.

«Sejamos firmes no combate ao terrorismo. Mas sejamos empenhados em fazê-lo colectivamente. Tenhamos também em devida conta as leis e os valores em nome dos quais deveremos combater aquele mal.

«A fome e a pobreza geram desespero e colocam muitos seres humanos à mercê de aliciamentos que conduzem à violência. Por isso mesmo, desejo saudar aqui a reunião de líderes contra a fome promovida pelo Presidente Lula da Silva, em que tive a honra de participar.

«Combater a pobreza é uma forma inteligente de contrariar alguns dos factores que alimentam a violência. Paz e desenvolvimento são indissociáveis. Não reconhecer este facto é não reconhecer a realidade.

«Se agirmos agora o mundo poderá mudar para melhor. Se não agirmos, poderá tornar-se cada vez mais incontrolável no seu equilíbrio básico.

«Portugal quer estar na vanguarda do futuro. Por isso considera também como causas suas as da sustentabilidade do desenvolvimento e a defesa dos recursos naturais como paradigmas da construção de um Tempo Novo.



e vontade política pode alcançar-se mais”, Annan recordou que o volume de ajuda oficial destinado ao desenvolvimento melhorou nos últimos anos e que agora existem também melhores formas de canalizar essas ajudas.

No entanto, ressaltou, está longe de ser alcançado o montante que os especialistas consideram necessário.

Na abertura da cimeira, o chefe de Estado brasileiro declarou que “a fome mata 24.000 pessoas por dia e a 11 crianças por minuto”, apelando aos países desenvolvidos para que apresentem respostas audazes contra o flagelo da fome, que qualificou como a “mais cruel das armas de destruição em massa”.

### A intervenção do Primeiro-Ministro na 59ª Assembleia-Geral

No discurso ante os chefes de Estado e de Governo presentes em Nova Iorque, na Assembleia-Geral da ONU, Santana Lopes começou por

a todos nós pertence, o mundo seria mais instável, menos previsível, e um espaço em que o anseio universal de paz e liberdade não passaria de uma miragem num horizonte longínquo.

«As Nações Unidas foram construídas num período histórico já distante, mas os seus ideais e valores básicos mantêm-se actuais. Portugal tem por hábito recordá-los em ocasiões especiais como esta, porque sentimos de facto que este nosso projecto comum assenta em alicerces muito sólidos. “Nós, os povos das Nações Unidas” acreditamos na dignidade e no valor da pessoa humana, nos seus direitos fundamentais, e na igualdade entre homens e mulheres. Defendemos o primado do Direito Internacional e a prática da tolerância nas relações entre povos.

«Mas acreditamos igualmente em que não há que distinguir entre nações grandes e pequenas, porque todas temos um interesse comum na promoção do progresso social e na manutenção da paz e da segurança internacionais. Estes são os objectivos

## O Primeiro-Ministro nas Nações Unidas

«Acreditamos que o desenvolvimento económico no século XXI só será duradouro se respeitarmos verdadeiramente os equilíbrios do Planeta e se forem verdadeiramente aplicadas as conclusões de Kyoto.

«Senhor Presidente, fará sentido que uma organização como as Nações Unidas continue a trabalhar em pleno século XXI como há 60 anos atrás?

«As Nações Unidas nasceram num tempo em que não havia televisão, nem computadores, nem telemóveis. Mudaram as comunicações, as tecnologias, os transportes, descobriu-se o ADN e o genoma humano, navegamos na Internet à escala global e a estrutura da organização que agrupa os povos do mundo tem o mesmo modelo de há mais de meio século.

«Todavia, o ritmo da mudança é vertiginoso.

«As Nações Unidas encontram-se numa encruzilhada: não estando em causa a sua relevância, poderíamos questionar a sua eficácia. Mas esta é uma questão que deverá ser sobretudo dirigida aos Estados-Membros. Porque as Nações Unidas são a expressão da nossa vontade colectiva. Esta Organização não pode ser vista como um espelho distante, no qual são reflectidas as expectativas de cada um de nós, muitas vezes desproporcionadas face aos mandatos e meios que lhe pomos ao seu dispor.

«É nesta perspectiva que apoiamos o trabalho do Painel de Alto Nível criado no ano passado pelo Secretário-Geral para examinar os desafios actuais à paz e à segurança. As estratégias para o reforço da Organização, que o Painel irá recomendar, visam assegurar que se mantenha aquilo que as Nações Unidas têm de melhor. E garantir também que se consiga equipá-la dos meios necessários para promover o desenvolvimento, prevenir os conflitos e proteger os direitos humanos.

«Portugal apoia inequivocamente a reforma do Conselho de Segurança. Defendemos o alargamento da sua composição, para melhor reflectir o mundo de hoje e repor a sua representatividade. Já o dissemos aqui, e reitero-o hoje, que apoiamos um aumento do número de membros permanentes e não permanentes naquele órgão. O apoio de Portugal à Alemanha, ao Brasil e ao Japão é do conhecimento desta Assembleia desde 1993.

«Tivemos também já a oportunidade de manifestar a nossa simpatia pela pretensão, e saliento nesta ocasião o empenho de Portugal, a esse propósito, em ver o continente africano representado com um lugar permanente no Conselho de

Segurança.

«Mas queremos igualmente melhorar o seu relacionamento com outros órgãos e agências das Nações Unidas, bem como promover uma maior transparência das suas decisões. A democracia que esta Organização defende não é compatível com métodos de trabalho arcaicos que, muitas vezes com resultados negativos para a sua imagem e credibilidade, conduzem à paralisia das Nações Unidas.

«Senhor Presidente, prevenir conflitos é mais importante do que os dirimir. Deveremos ter bem presente que, em última análise, a utilidade das Nações Unidas será julgada em função da sua capacidade para evitar e gerir conflitos. «A proliferação de situações de crise levou a que existam neste momento cerca de 60 mil “capacetes azuis” em operações de paz. E este número tende a aumentar!

**Presto aqui pública homenagem aos meus compatriotas que têm servido em operações de paz, em particular, aos que deram a vida em prol dos nossos ideais colectivos**

«Portugal tem estado com as Nações Unidas em teatros de operações em vários pontos do globo. Presto aqui pública homenagem aos meus compatriotas e a todos aqueles que têm servido em operações de paz, e, em particular, àqueles que deram a vida em prol dos nossos ideais colectivos.

«Desejamos que esta Organização possa desenvolver melhor o seu trabalho em matéria de prevenção de conflitos. Contudo, ela carece ainda de um instrumento eficaz para o desenvolvimento desta política. Daí que Portugal tenha proposto, na última Assembleia-Geral, a criação de uma comissão para promover a paz e o desenvolvimento, sob mandato e trabalhando em colaboração com o Conselho de Segurança e o Conselho Económico e Social. «Os seus objectivos serão os de acompanhar de forma regular a evolução em países em conflito ou em risco, garantindo a cooperação entre as instituições regionais e internacionais.

«Acreditamos que a nossa proposta se mantém actual e agradecemos a todos aqueles que tiveram já a oportunidade de a enriquecer com sugestões e comentários. Esta é uma ideia que temos trabalhado em particular com os nossos parceiros na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que nesta ocasião desejo calorosamente

saudar.

«A Língua Portuguesa – traço de união entre centenas de milhões de pessoas nos cinco continentes – para ter a força que pode ter como veículo de comunicação e de Cultura no século XXI precisa que os países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa façam uma aposta clara nesse tronco comum do passado, presente e futuro. O facto de Portugal ser o berço da Língua Portuguesa não

reencontre o caminho da paz e do desenvolvimento. Não podemos alterar o passado, mas devemos assumir que poderemos ainda influenciar positivamente o futuro. Para tanto teremos de saber reencontrar rapidamente a nossa unidade, sob pena de podermos transformar esta Organização numa baixa colateral permanente da crise iraquiana.

«Para que a democracia possa



leva a reivindicá-la só para si.

«As comunidades a que alguém se junta por interesse, mesmo que legítimo, nunca apagam a comunidade do sangue, do espírito, da língua e da cultura. Já na base do Templo de Delfos estava escrito: “conhece-te a ti mesmo”.

«Senhor Presidente, em nenhum lugar, como no Iraque, nos confrontamos com uma situação tão dilemática sobre a capacidade de actuação das Nações Unidas. O Iraque necessita do apoio da comunidade internacional. O povo iraquiano, tão sacrificado por décadas de ditadura e de guerra, merece esse apoio. E às Nações Unidas deverão ser confiados os meios indispensáveis para cumprirem integralmente o mandato que lhe foi atribuído pelo Conselho de Segurança. Mas deveremos também compreender, sem qualquer ambiguidade, que a presença internacional no Iraque, aprovada pelo Conselho de Segurança e pelo Governo transitório iraquiano, é, pela sua própria natureza, provisória.

«É tempo de a comunidade internacional unir os seus esforços para garantir que o povo iraquiano

vingar no Iraque e para que o país mantenha a sua unidade, é indispensável que o seu povo se pronuncie, através de eleições, sobre o modo como deseja ser governado. E é também importante que se procure cumprir o calendário previsto, sob pena de comprometermos seriamente as legítimas expectativas do Governo e povo iraquianos.

«Não podemos permitir que aqueles que geram instabilidade, através de actos terroristas repugnantes, possam ter um direito de veto sobre o estabelecimento de um regime democrático no Iraque.

«Sem eleições, o povo iraquiano continuaria a adiar o encontro com o destino democrático e livre a que tem direito.

«Mas a paz, a liberdade e a democracia estão também em jogo noutras partes do planeta que habitamos. Não poderemos olhar para o lado perante tragédia como aquela que ocorre em Darfur. A nossa segurança colectiva implica igualmente um controlo internacional efectivo da produção de armamentos nucleares, químicos e bacteriológicos e seus vectores de lançamento.

## O Primeiro-Ministro nas Nações Unidas

«Para a manutenção da segurança internacional é também crucial que esta Organização continue a estimular a retoma do processo de paz no Médio Oriente. O actual “status quo” é inaceitável. Israel e a Palestina terão de saber coexistir em paz e em segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e sem divisões artificiais.

«Senhor Presidente, não podemos substituir a dicotomia entre o liberalismo e o colectivismo pelo contraponto entre a liberdade e a paz, de um lado, e o terror e a ditadura, do outro.

«O Mundo entrou já num Tempo Novo. Os povos de todo o Mundo de que fala a Carta das Nações Unidas exigem um contrato novo entre governantes e governados.

«Os três poderes clássicos de Montesquieu já não estão sozinhos no governo dos povos e não há nada pior do que nos enganarmos na percepção da realidade. Quem pretender que assim não é está deslocado no tempo. Há poderes que já não são o que eram e há outros que Montesquieu, Locke e os tratadistas das revoluções liberais não podiam conhecer – ou porque não existiam ou porque entretanto mudaram de configuração. Basta pensar no poder que a comunicação hoje em dia tem na vida dos povos.

«Senhor Presidente, os nossos povos querem sentir força no presente e fé no futuro.

**«...a indispensabilidade e a centralidade das Nações Unidas na nossa vivência quotidiana enquanto nações soberanas e livres»**

«Por isso mesmo, concluo esta intervenção como a iniciei – sublinhando a indispensabilidade e a centralidade das Nações Unidas na nossa vivência quotidiana enquanto nações soberanas e livres. Pertencemos a uma organização que restituiu a esperança a muitos povos e seres humanos, trazendo a luz da liberdade a quem vivia na opressão. Timor-leste é um bom exemplo da capacidade que as Nações Unidas têm de fazer o bem.

«Mas, no plano dos indivíduos, são também bons exemplos a atenção que as Nações Unidas têm sabido dar aos mais desprotegidos, às crianças,



às pessoas com deficiências e à promoção da igualdade de género. A humanidade não é, para esta nossa Organização, uma questão abstracta. O diálogo entre diferentes culturas, civilizações e religiões, que Portugal apoia, integra-se na vivência diária das Nações Unidas.

«Somos parte de uma Organização dedicada a fazer a paz e a evitar a guerra. Somos parte de um projecto colectivo ao serviço dos direitos humanos e da liberdade. Temos a força das nossas convicções. E, como afirmou o Papa João Paulo II, sabemos que “a paz não é fraqueza, mas força”.

**Entrega de condecoração ao embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, na altura do PREC**

No mesmo dia em que proferiu o seu discurso ante a Assembleia-Geral, o Primeiro-Ministro condecorou quarta-feira o antigo embaixador norte-americano em Portugal, Frank Carlucci, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, afirmando que a distinção é “um acto de justiça” e de gratidão para quem lutou pela democracia em Portugal.

“Já passou tempo suficiente para sermos objectivos e é por isso que o doutor Durão Barroso – que a propôs – e o senhor presidente da República, que a concedeu, andaram bem ao decidir esta condecoração, a que me associo e o meu Governo, fazendo um acto de justiça”, disse Pedro Santana Lopes após impor a condecoração, na residência do Cônsul-Geral de Portugal de Nova Iorque.

“Chega um tempo em que é

preciso fazer uma reconciliação nacional acerca da verdade histórica”, frisou Santana Lopes, acrescentando que “o embaixador Frank Carlucci desempenhou um papel naqueles tempos conturbados” em que havia uma divisão entre o “mundo ocidental e o mundo liderado pela antiga União Soviética”.

“Se não fosse a acção de Carlucci – disse Santana Lopes – “Portugal poderia ter experimentado outro tipo de regime, outro tipo de ditadura depois daquele que enfrentou durante quase 50 anos”.

O embaixador Frank Carlucci, por seu lado, declarou que o seu trabalho em Portugal durante e após o 25 de Abril de 1974 foi uma tarefa simples mas que o enche de orgulho.

“Fiz apenas uma coisa muito simples, que foi apostar em Portugal e no povo português. O que fiz foi convencer o meu governo de que a democracia poderia resultar em Portugal, que podíamos ter confiança no povo português”, disse Carlucci.

“O resto é história – prosseguiu o embaixador – o que temos é um pequeno país que derrubou um regime fascista, esteve à beira do comunismo, voltou atrás e implantou uma democracia funcional no espaço de dois anos e com poucas vidas humanas perdidas. Estou muito orgulhoso desse período”, sublinhou.

O primeiro-ministro considerou que mesmo os detractores do antigo embaixador em Lisboa devem reconhecer o seu trabalho.

“É natural que tenha havido pessoas ou sectores políticos que ficaram menos adeptos da sua acção. Mas todos aqueles que gostamos de

viver em liberdade e em democracia agradecemos hoje, objectivamente, a Frank Carlucci”, disse Santana Lopes.

“Acho que todos, independentemente das suas ideologias, mesmo aqueles que há anos antipatizavam menos com ele e com a sua acção como embaixador têm de reconhecer que se existe o regime que existe hoje ele teve uma influência nisso”, frisou o chefe do executivo.

A Ordem do Infante D. Henrique é atribuída por “serviços relevantes a Portugal, no país e no estrangeiro”. Frank Carlucci, actualmente ligado à administração

de grandes grupos económicos, foi embaixador dos Estados Unidos em Lisboa entre 1975 e 1978 e desempenhou igualmente as funções de vice-director da CIA (1978-1980) e de secretário da Defesa norte-americano (1987-1989).

O Primeiro-Ministro encerrou a sua participação na 59ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, na quinta-feira e na sede da organização, em Nova Iorque, com um encontro com o Secretário-Geral, Kofi Annan.

O encontro entre Santana Lopes e Annan surge um dia depois de o chefe do executivo português ter discursado na Assembleia-Geral da ONU, onde apelou a que a organização assuma um papel relevante na luta contra o terrorismo, fazendo a ponte entre as preocupações com a segurança e o esforço pelo desenvolvimento económico dos povos.

Na discussão com o secretário-geral das Nações Unidas passou ainda a questão do conflito israelo-palestiniano.

Na quarta-feira Santana Lopes tinha considerado crucial que a ONU estimule a retoma do processo de paz no Médio Oriente, classificando “o actual ‘statu quo’” como “inaceitável”.

Sobre a reforma da própria ONU, tema que também fez parte da conversa entre os dois estadistas, Santana Lopes já tinha afirmado no seu discurso que Portugal apoia o alargamento do Conselho de Segurança, de forma a “melhor reflectir o mundo de hoje e repor a sua representatividade”.

**– Povo Livre, com fontes: Lusa, Portal do Governo**

## Actividade do Governo

### MNE em Nova Iorque

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que acompanhou a Nova Iorque o Primeiro-Ministro, manteve, na ocasião, vários encontros relevantes. Assim, no dia 20, discutiu com o seu homólogo palestiano, formas de relançar a acção do Quarteto para o Médio Oriente (Estados Unidos, UE, Rússia e ONU) na resolução do conflito israelo-palestino.

No encontro com Nabil Shaath, António Monteiro quis “ouvir sobretudo explicações sobre vias e formas de relançar a acção do Quarteto” na resolução do conflito nos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, segundo o porta-voz do Ministério.

O pedido de explicações de Lisboa surge no seguimento do encontro de chefes da diplomacia europeus realizado no início do mês em Maastricht, na Holanda, no qual a União Europeia manifestou preocupações quanto à “paralisa” no processo do Roteiro para a paz para o Médio Oriente, iniciativa lançada pelo Quarteto em Junho de 2003.

Após a reunião bilateral com Nabil Shaath, o MNE português encontrou-se uma hora mais tarde com representantes do American Jewish Committee, um dos mais influentes grupos de pressão judaicos no mundo, com mais de 90 anos de actividade.

António Monteiro, antigo embaixador de Portugal junto da ONU, agendou até ao fim da visita, mais de 15 reuniões bilaterais, participando igualmente na maioria dos encontros do Primeiro-Ministro.

Assim, o Ministro participou no pequeno-almoço de Pedro Santana Lopes com Joaquim Chissano, no qual foi preparada a visita do chefe de Estado moçambicano a Lisboa, entre 14 e 16 de Outubro.

O ministro português manteve ainda uma reunião bilateral com o seu



homólogo angolano, João Miranda, com quem foram abordados temas relacionados com a cooperação e o pagamento da dívida angolana a Portugal.

Lisboa quer “dar um novo enquadramento político e económico” ao sector da cooperação, que poderá passar “por rever ou redimensionar os programas” estabelecidos com Angola e com outros países africanos de língua oficial portuguesa.

Outro dos temas abordados na reunião com João Miranda foi o

das eleições legislativas e provinciais em Angola, nomeadamente os passos dados entre as direcções do MPLA e da UNITA no sentido de concertarem um calendário eleitoral.

A proposta de calendário apresentada pelo MPLA, partido no poder, defende a realização das eleições em Setembro de 2006, enquanto os principais partidos da oposição angolana apresentaram uma proposta de calendário que prevê a realização das eleições em Setembro de 2005.

António Monteiro reuniu-se duas vezes com o seu homólogo da Rússia, Sergei Lavrov, no âmbito de um encontro entre os chefes da diplomacia da Rússia e da União Europeia.

O embaixador António Monteiro manteve também uma reunião de trabalho, com o seu homólogo de Timor-Leste, António Ramos-Horta.

Antes do final da visita a Nova Iorque, António Monteiro em Nova Iorque encontrou-se com o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, – integrado numa delegação com os 25 ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

Outros encontros bilaterais registaram-se com os MNE’s da Turquia e da Ucrânia, entre outros.

### Cooperação

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Henrique de Freitas, deu um mês à nova direcção do IPAD para fazer um levantamento de todos os programas de cooperação portugueses, disse hoje à Lusa o porta-voz do MNE.

Ao novo presidente do IPAD, José Iglésias Soares, foi dado o prazo um mês para concluir um levantamento que mostre a “real dimensão da cooperação” portuguesa, nomeadamente “o que está a ser feito, em que programas e com que dinheiros”.

Na cerimónia de tomada de posse, na passada quinta-feira, o novo presidente do IPAD defendeu que a estratégia para a cooperação deve ser “rigorosa” e, dada a falta de recursos, centrada nos países lusófonos, “área de interesse para Portugal”.

O Governo admite “rever ou redimensionar os programas” estabelecidos em matéria de cooperação com Angola e com outros países de língua oficial portuguesa como parte de “um novo enquadramento político e económico” que Lisboa quer dar ao sector.

Na sua tomada de posse à frente do IPAD, José Iglésias Soares afirmou que o facto de Portugal não dispor de recursos “comparáveis com o de outros países doadores” implica que o instituto que agora dirige “saiba gerir com eficácia” a capacidade de ajuda, focando-se nas áreas que correspondem aos seus interesses.

É por isso necessária uma “estratégia rigorosa” e essencial a concertação com outras entidades, nomeadamente organizações não-governamentais, municípios, empresas, universidades ou igrejas.



### Assuntos Parlamentares

O ministro dos Assuntos Parlamentares reuniu na quarta-feira da semana passada, com as direcções partidárias, para discutir a data do referendo sobre questões europeias, segundo informações do gabinete de Rui Gomes da Silva.

De acordo com a mesma fonte, o Ministro irá também consultar os partidos com assento parlamentar quanto à pergunta ou perguntas sobre a União Europeia, a colocar aos portugueses na consulta popular – que, por imposição constitucional, não poderá referendar o Tratado de Constituição Europeia -mas não apresentará qualquer sugestão do Governo nessa matéria.

O objectivo das audições individuais aos partidos, que decorrerão de manhã, no Parlamento, é iniciar rapidamente o processo relativo ao referendo e com o maior consenso possível.

Na semana passada, Rui Gomes da Silva, a maioria e a oposição manifestaram-se disponíveis para acertar em conjunto a data do referendo, tendo o ministro dos Assuntos Parlamentares adiantado que iria “auscultar os partidos representados na Assembleia da República no mais curto espaço de tempo possível” sobre o assunto.

Embora assegurando que o Governo está “aberto” em relação à data da consulta popular sobre questões europeias, na altura o ministro voltou a defender o dia 5 de Junho de 2005, já proposto pelo Primeiro-Ministro para a realização do referendo.

O PS insistiu que este decorra no primeiro trimestre do próximo ano, o mais afastado possível das eleições autárquicas, apesar de também admitir acertar a data, e a restante oposição assegurou que não colocaria objecções neste ponto.



## Actividade do Governo

### Área dos Transportes

O objectivo de um governo é melhorar a qualidade de vida das pessoas”, afirmou o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mexia, na apresentação das linhas estratégicas para os transportes públicos em Lisboa, no passado dia 22.

O ministro pretende que as empresas sirvam o cidadão, ultrapassando o modelo de concorrência entre si.

“O sistema hoje é insustentável. É preciso que seja mais eficiente e mais justo”, defende António Mexia.

Nos últimos anos investiram-se 16 mil milhões de euros nos transportes públicos em todo o país. Na região da Grande Lisboa, o investimento chegou aos quatro mil milhões de euros. Em contrapartida, há um decréscimo de 3%, cerca de 30 milhões de viagens a menos, a cada ano que passa.

Para inverter o ciclo, o ministro aponta a gestão integrada dos transportes públicos, a realizar com a intervenção das autoridades metropolitanas que estarão em funcionamento no próximo ano.

As empresas de transportes públicos que apresentem melhores resultados



financeiros serão premiadas no orçamento de Estado.

“As reformas fazem-se de grandes opções mas também de pormenores”. Sobre esta matéria, o Ministro apresentou algumas inovações nos transportes públicos, como por exemplo, a renovação da frota da Carris, o sistema de informação de tempo de espera nas paragens (a cada momento o cliente sabe quantos minutos demorará o seu autocarro).

Ainda sistemas inovadores de faixas Bus, que permitirão a separação física das faixas do restante trânsito. Também estão em estudo para breve implementação, as faixas «Bus em funcionamento», alternado com o restante trânsito. Cada quilómetro a mais na velocidade de circulação dos autocarros representa uma poupança anual de 5 milhões de euros para a Carris; veículos de fiscalização de faixas Bus, que serão um grupo de pequenos automóveis “Smart”, para patrulhamento das faixas e penalização dos infractores.

Sistema de Vídeo Vigilância, na linha de Sintra, onde ocorrem 65% dos problemas de segurança da CP, e que vai ter todas as carruagens monitorizadas por vídeo vigilância. Com um custo de perto de 5 milhões de euros, este é mais um esforço para diminuir a criminalidade e o vandalismo na linha mais movimentada do País.

### Administração Local

O Secretário de Estado da Administração Local, José de Almeida Cesário, deslocou-se, em visita de trabalho, aos distritos de Viseu, Aveiro e Santarém, nos dias 25 e 26 de Setembro, iniciando o seu percurso no distrito de Viseu, em Oliveira de Frades e S. Pedro do Sul, tendo procedido à assinatura e homologação de candidatura do Programa “Equipamentos Associativo e Religioso” /Trabalhos de Natureza Simples (TNS) com a Nova Geração Grupo Cultural e Recreativo das Maias, de Arcozelo das Maias, em Oliveira de Frades

Seguiu depois para nova assinatura e homologação no âmbito do mesmo programa, com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Várzea de Lafões, em S. Pedro Sul.

Ao meio-dia, na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, assinatura dos Protocolos de Modernização Administrativa de algumas freguesias seleccionadas do distrito de Viseu.

O secretário de estado seguiu depois para o Distrito de Aveiro, concelho de Vale de Cambra, para o mesmo tipo de acção praticado em Viseu, com a Associação Cultural e Desportiva de Vilar, na sede daquela associação, na freguesia Cepeleos, em Vilar.



À tarde, continuação destas assinaturas da candidatura do programa “Equipamentos Associativo e Religioso” /Trabalhos de Natureza Simples (TNS), com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa S<sup>a</sup> de Macieira de Cambra, em Santa Cruz, naquela freguesia, seguido por acto idêntico com a Fábrica da Igreja do Santíssimo Salvador de Roge, da freguesia do mesmo nome

Às seis da tarde, inauguração das obras de qualificação do Parque das Carvalhas, em Vale de Cambra, seguido por inauguração da obra de recuperação das Instalações da Sociedade Columbófila de Vale de Cambra.

À noite presidiu ao jantar comemorativo do 50<sup>o</sup> aniversário da Sociedade Columbófila de Vale de Cambra

No Domingo, Almeida Cesário deslocou-se a Tomar, no distrito de Santarém, para a assinatura dos Protocolos de Modernização Administrativa de algumas freguesias dos distritos de Santarém e Castelo Branco e ainda para assinatura e homologação de candidaturas do Programa “Equipamentos Associativo e Religioso” /Trabalhos de Natureza Simples, com o Clube de Actividades de Lazer e Manutenção e com a Santa Casa da Misericórdia de Tomar.

Ao meio-dia, esteve presente na inauguração da Igreja de Casais. – **Gab. Sec. Est. Adm. Loc.**

### Aumento de verbas para o Ensino Superior na área da Saúde

O ensino superior na área da Saúde, que abrange a formação nas áreas de Medicina, Medicina Dentária, Ciências Farmacêuticas, Enfermagem e Tecnologias da Saúde, é uma prioridade para o Governo. Essa importância está expressa no aumento de vagas (mais 10,7% que em 2004) nos estabelecimentos tutelados pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. Só no curso de Medicina as vagas aumentaram 16,1% relativamente ao ano anterior.

O aumento de vagas implica um acréscimo de verbas para esta área: existe uma relação directa entre o número de alunos e o financiamento das escolas. Por outro lado, o financiamento por aluno aumentou mais do que em 2004. Outro dado importante para o próximo ano lectivo foi a alteração na fórmula de financiamento. Essa fórmula colocou os institutos politécnicos e as universidades, no mesmo plano, porque a percentagem a transferir para os estabelecimentos de ensino superior é a mesma, nos dois casos. Este pormenor é importante porque a maior parte das escolas na área da Saúde são de cariz politécnico.

O financiamento do ensino politécnico cresceu 3% relativamente a 2004. Na reprogramação do Programa Operacional Ciência e Inovação, foi estabelecido um reforço de 10 milhões de euros para os cursos na área da saúde. A Acção Social receberá do Orçamento do Estado mais 10 milhões de euros, o que significa um aumento de 7% se comparado com o ano passado. Este ano, o Ministério concluiu também a reorganização da rede pública de formação em enfermagem e em tecnologias da saúde.

As escolas superiores de tecnologias da saúde foram integradas nos institutos politécnicos respectivos. Por outro lado, criaram-se as escolas superiores de enfermagem de Coimbra, Lisboa e Porto, através da fusão das escolas de enfermagem de Lisboa, Porto e Coimbra. Finalmente fez-se também a integração das escolas superiores de enfermagem que ainda não estavam integradas em unidades mais amplas, nas universidades localizadas na sua sede (mantendo-se a natureza politécnica da formação ministrada). Concluído este processo, a rede será constituída por 25 escolas, todas integradas em institutos politécnicos ou universidades. – **GAB. MCES**



# Actividades do Partido e Autarquias PSD

Da CPS de Abrantes

## Acção dos vereadores eleitos pelo PSD

Da CPS do PSD de Abrantes, recebemos uma comunicação sobre a Declaração de Voto, no passado dia 12, dos vereadores do PSD na edilidade abrantina, na discussão das taxas a liquidar pelos munícipes, no que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis:

“A aplicação das taxas de 0,8% relativa aos prédios urbanos e de 0,5% aos prédios urbanos avaliados, nos termos do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), publicado no anexo I ao citado Decreto-Lei afigura-se-nos excessiva. Importa atender à seguinte realidade:

- Nos primeiros seis meses de 2003, a arrecadação de contribuição autárquica pela CMA foi de 1.312.643,43 €;
- Durante todo o ano de 2003, esse valor ascendeu a 1.972.140,43 €;
- Em igual período de 2004, entre Contribuição Autárquica e IMI foram já arrecadados 1.924.087,74 €, ou seja, em 6 meses praticamente o valor de 12 meses do ano anterior;
- Em termos homólogos (Junho de 2004 para Junho de 2003, acumulado), o aumento na arrecadação global destas receitas é de 47%.

Por outras palavras, estamos a aumentar a “carga fiscal” municipal sobre as famílias, apesar de, infelizmente, ao cabo de um ano, não se saber ainda qual

a percentagem que as reavaliações implicaram para este crescimento e qual foi o acréscimo real sentido pelas pessoas que já se encontravam a pagar contribuição pela sua habitação.

Contudo, como há um ano afirmámos quando votámos favoravelmente, dávamos o nosso voto favorável esperando que, decorrido um ano, fosse possível efectuar-se uma análise séria sobre as implicações do novo regime na vida das pessoas e porque existia essa recomendação da ANMP.

Porém, há indícios fortes de que poderão estar a ser penalizadas famílias e empresas e que a autarquia possui um “apetite voraz” sobre todas as receitas que conseguir obter, à custa de quem for, de modo a dar sustento ao aumento da despesa corrente que advém deste modelo de desenvolvimento concelhio que consideramos errado e para o qual não demos o nosso voto favorável.

Sufragar este “regime fiscal” penalizador seria sancionar positivamente todo o modelo de desenvolvimento, assente no aumento exponencial da despesa corrente e na fraca aposta na realização prioritária de investimentos social e economicamente reprodutivos e no aumento da produtividade.

Assim, votamos contra esta proposta.

Os vereadores, Pedro Marques e João Salvador.

– **PSD/Abrantes**

Da CPS de Braga

## Renovação da Sede da Concelhia bracarense

Os responsáveis da Comissão Política do PSD de Braga e da Mesa do Plenário de Secção, Ricardo Rio e António Marques, acompanhados por um amplo conjunto de militantes do nosso Partido, assumiram o desafio de encetarem a renovação da sua Sede Concelhia, no Largo da Senhora-a-Branca.

Para tal, está constituída uma comissão para as Obras da Sede, cuja composição será publicamente apresentada em cerimónia que terá lugar junto à Sede Concelhia, no dia da publicação do “Povo Livre”, esta quarta-feira, às 14 e 30.

A história da Sede Concelhia do PSD de Braga é frequentemente recordada pelos muitos militantes que a protagonizaram, que a puderam acompanhar, que dela ouviram o relato orgulhoso dos seus antecessores.

Foi com o esforço e abnegação de muitos militantes, que foi possível reunir os meios para dotar o Partido de amplas e dignas instalações, em pleno Largo da Senhora-a-Branca, um dos pólos mais marcantes da vivência da cidade.

Com o passar dos anos, com o natural deteriorar dos materiais e equívocas soluções arquitectónicas para problemas funcionais, o Partido estava, actualmente, confrontado com a degradação do edifício. Com os recorrentes condicionalismos financeiros, as Comissões Políticas concelhias pouco têm podido fazer para inverter o rumo dos acontecimentos.

Já no decurso do corrente mandato, foram arroladas soluções alternativas, que se traduziriam na venda ou permuta deste edifício e a aquisição de outro espaço para construção.

Uma vez que factos supervenientes inviabilizaram a concretização de qualquer dessas hipóteses, entendeu a actual Comissão Política de Secção, com a imprescindível colaboração de destacados membros do nosso Partido, que esta era a oportunidade para assumir a recuperação da Sede Concelhia como uma meta prioritária.

Na Comissão para as Obras da Sede, cuja base inicial será agora divulgada, deverão juntar-se todos os Militantes e Simpatizantes do PSD que queiram participar na efectiva concretização deste desiderato, no mais breve espaço de tempo possível.

A esta Comissão caberá desenvolver todas as iniciativas de cariz jurídico-formal, financeiro e de construção civil, que viabilizem a cabal recuperação

do edifício.

Numa iniciativa que conta com o apoio expresso das várias estruturas do PSD, Nacional e Distrital, pretende-se que, de futuro, o PSD de Braga disponha de uma sede funcional que dê resposta plena às necessidades crescentes da actividade política e partidária, nas suas várias vertentes de intervenção.

O PSD de Braga conta com a ajuda de todos!

## Programa de visitas às freguesias do concelho continua em Priscos e S. Julião de Passos

Os responsáveis concelhios do PSD e da JSD de Braga e representantes do Partido nos órgãos municipais prosseguiram o ciclo de visitas às freguesias do Concelho, mediante a deslocação a S. Julião de Passos e Priscos.

Estas freguesias apresentam bastantes lacunas em comum, como sejam a falta de habitação a preços controlados, que permita fixar os fregueses, a absoluta ausência de valências sociais, a escassez de equipamentos desportivos e a forma como os respectivos executivos tendem a ignorar os contributos das respectivas oposições.

Em S. Julião verificam-se inúmeras carências em matéria de acessos. Apesar das sucessivas propostas dos autarcas do PSD, continuam por criar acessos mais amplos para os bombeiros à vasta zona florestal no Caminho do PEDAP, por arranjar as travessias do Rio Labriosca para o Monte (em Fijó e Souto), os Caminhos do Souto e Balteiro (já arranjado do lado de Sequeira) e por alcatroar a Estrada de Belide a Bastuço.

A Escola Primária não dispõe de cantina, forçando os alunos a irem almoçar a suas casas, ao mesmo tempo que apenas os acolhe até às 15:30 horas, em virtude da inexistência de um ATL. Estas carências levam os residentes de S. Julião de Passos a inscrever os seus filhos em Escolas fora da Freguesia, o que coloca em causa o funcionamento da Escola local.

Uma das propostas dos autarcas PSD passa pela criação de um Centro de Dia que pudesse usufruir da cantina da Escola.

De acordo com Francisco Ramos, líder dos representantes da Coligação na



Assembleia de Freguesia, a Junta mantém uma postura sobranceira em relação às propostas dos autarcas da oposição, mas foi graças ao trabalho e estímulo destes que a Freguesia viu concretizada a sua adesão à Rede Social, que instalou dois postos de acesso público à Internet e que hoje dispõe de toponímia.

Também a freguesia de Priscos tem dificuldades em fixar a respectiva população porque não oferece habitação social para os naturais da Freguesia e não cria factores de atracção para a permanência da população.

Os responsáveis do PSD puderam constatar a ausência de valências sociais e de espaços de lazer, apesar das propostas da Coligação Juntos por Braga.

A Junta não promove a preservação do património local, como acontece

no Lugar da Várzea, onde existe uma ponte romana e um moinho. Pelo contrário, este espaço está transformado num local de depósito de lixo pela própria Junta de Freguesia.

A falta de limpeza do Rio Este neste local provoca também entrave ao seu curso, forçando a ocorrência de alagamentos da estrada vizinha durante o Inverno. Ainda neste domínio, a Junta de Freguesia tem critérios dúbios de limpeza das vias, com inúmeros caminhos prioritários invadidos de silvados na berma das vias.

O Ciclo de Visitas às Freguesias prossegue. – **Fonte: Gabinete de Imprensa da CPS de Braga**

## Da CPD de Setúbal

# Acções dos deputados eleitos e actividades da semana

Os deputados do PSD à Assembleia da República, pelo círculo de Setúbal, elaboraram um documento, dirigido em primeira linha ao Presidente da Assembleia, no qual pedem que a Câmara Municipal dessa cidade esclareça o que se passa com os prazos de conclusão do projecto do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal.

*Apresentado pelos deputados Luís Rodrigues, Miguel Frasquilho, Clara Carneiro, Bruno Vitorino e Pedro Roque, o teor do documento é o seguinte:* «Sabendo que o Seixal é um dos concelhos mais carenciados, senão o mais carenciado, do Distrito de Setúbal, no que respeita ao número de camas em lares de idosos da rede solidária, os deputados do PSD estão empenhados em contribuir para a resolução deste problema, que passa, inevitavelmente, pela construção do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal (AURPIS).

Sabemos que a Câmara Municipal do Seixal se comprometeu em fazer o projecto para o referido lar. O final de 2003 foi o primeiro prazo assumido pela Câmara Municipal para concluir o projecto. Posteriormente, perante os próprios idosos do Seixal, foi assumido um novo prazo, que passou a ser o 25 de Abril de 2004. Que se saiba, até este momento nenhum projecto foi entregue à AURPIS.

Sem esse projecto a Associação não se pode sequer candidatar a receber qualquer apoio público.

Deve constar que, os atrasos da Câmara Municipal do Seixal na elaboração do projecto já provocaram perdas de tempo irrecuperáveis.

Sendo este equipamento muito importante para um dos maiores concelhos do Distrito, os Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, perguntam à Câmara Municipal do Seixal, através do Senhor Presidente da Câmara, quais os prazos previstos para a conclusão e entrega do projecto de execução do Lar da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Seixal?

## Actividades da Distrital

De 21 a 26 de Setembro, a Distrital de Setúbal levará a cabo as seguintes acções:

Dia 21, visita do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Dr. Fernando Negrão e da Secretária de Estado, Dr.ª Rosário Águas, ao Distrito. Com a inauguração do Lar da 3ª Idade da Casa do Povo de Melides, Grândola, uma visita à Residência de Idosos do Centro Paroquial da Cova da Piedade, Almada.

No dia 24, haverá reunião da Comissão Política Permanente e a Comissão Política da Secção de Sines, na Sede de Concelhia, em Sines e no dia 26, às 10 horas, encontro de Militantes e Simpatizantes, na Herdade das Parchanas, no Torrão, Alcácer do Sal.

Também no dia 24, pelas 19 e 30, haverá o Jantar de Tomada de Posse da JSD/SEIXAL, no Hacienda Klub, em Corroios – **CPD Setúbal**

## Da CPD de Faro

# Acessos viários defendidos pelo PSD, lançados ou inaugurados

Da CPD de Faro (Algarve), recebemos a informação de que o secretário de Estado das Obras Públicas se deslocou ao Algarve, onde esteve presente na apresentação do projecto para a obra da EN395 entre o nó da Guia e Albufeira, que decorreu nesta cidade. Esta é uma infra-estrutura que a Distrital tem defendido, pela sua importância para a qualidade de vida do Distrito, em geral, e das populações afectadas e do turismo, em particular. Foi anunciado na ocasião, que no Verão de 2005 o projecto estaria pronto e a obra feita.

Trata-se de um traçado com separador central e duas vias em cada sentido, que retirará todo o trânsito do cruzamento com a 125, permitindo que o acesso à Via do Infante se faça sem os constrangimentos que se verificam actualmente. O custo da obra está estimado em 3,5 milhões de euros.

À tarde, Jorge Costa inaugurou a Variante Sul à EN270, em São Brás de Alportel, que retirara os veículos pesados do centro daquela vila, capital do concelho com o mesmo nome

À margem desta cerimónia e falando à imprensa, Jorge Costa comentou a questão da administração das vias de comunicação Este-Oeste do Algarve, a via do Infante e a Nacional 125, disse que "... a EN125 não tem características de alternativa à Via do Infante".

O secretário de Estado afirmou que, neste momento, a 125 "é uma rua", cuja manutenção deverá ser "assegurada pelas autarquias do Algarve que atravessa".

"É o que faz mais sentido hoje, porque de facto não é uma estrada, é uma rua, e em muitos sítios até já tem passeios", afirmou Jorge Costa que, no entanto, salvaguardou a possibilidade de eventual pagamento de circulação na Via do Infante.

"A cobrança não implica necessariamente a construção de portagens", disse o secretário de Estado, que lembrou que "Hoje já há formas electrónicas e informáticas de fazer essa cobrança sem obrigar à construção de portagens", disse, remetendo uma conclusão definitiva sobre o assunto para "daqui a alguns dias". – **CPD/Faro**



## ALGÉS

Por lapso dos Serviços, no Povo Livre de 15 de Setembro na Convocatória referente À Eleição de Algés, não foi referido que:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## AVIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Avis, para reunir no dia 29 de Outubro de 2004, pelas 20h00, na sede concelhia de Avis, sita na Av. da Liberdade, nº 21, em Avis, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

### Nota:

A apresentação das candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas no período das 20h00 às 22h00.

## DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD, para reunir no dia 22 de Outubro de 2004, em Braga no Hotel Turismo, Sala Bom Jesus (8º andar), pelas 21h00, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Política;
2. Apresentação da Moção de Estratégia a levar ao XXVI Congresso do PSD;
3. Eleições autárquicas;
4. Outros assuntos.

## DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para o próximo dia 29 de Outubro 2004, as eleições para os Órgãos Distritais de Coimbra, que deverão decorrer nas respectivas sedes concelhias, desde as 18h00 até às 23h00.

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Delegados de cada Secção à Assembleia Distrital do PSD.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As urnas de voto funcionarão na sede de cada Secção.

As listas deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para o próximo dia 20 de Novembro de 2004, as eleições para os Órgãos Distritais de Faro, pelas 15h00 nas respectivas sedes concelhias, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Delegados de cada Secção à Assembleia Distrital do PSD.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

A apresentação de listas e demais formalidades processam-se de acordo com o regulamento eleitoral. A secretaria será, para todos os efeitos, a da distrital de Faro.

Após as votações terá lugar, pelas 18h00 deste dia 20 de Novembro, uma reunião geral de todos os órgãos concelhios e distritais, afim de ser conferida posse aos dirigentes distritais eleitos, na sede do PSD de Loulé.

## DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para reunirem extraordinariamente no próximo dia 29 de Outubro 2004, desde as 20h30 até às 22h30, nos locais abaixo indicados, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Delegados de cada Secção à Assembleia Distrital do PSD.

### Locais de reunião:

Alter do Chão: Ex-Casa do Povo

Arronches: R. Do Ronquilha, 4 – sede

Avis: Av. da Liberdade, 23 –sede

Campo Maior: Rua 1º de Maio , 11, 1º - sede

Castelo de Vide: Rua Carreira de Baixo, 13 1º - sede

Crato: Antigos Celeiros da EPAC –sede

Elvas: Salão do Hotel D. Luís

Fronteira: Rua dos Triguceiros –sede

Gavião: Casa do Povo do Gavião

Marvão: Travessa da Silveirinha –sede

Monforte: Junta de Freguesia de Monforte

Nisa: Largo Dr. António José de Almeida, 4 – sede

Ponte de Sor: Rua 1º de Maio, 41 1º - sede

Portalegre: Largo 28 de Janeiro , 10 –sede

Sousel: Rua Direita - sede

## LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na sede concelhia de Lousada, sita à Travessa de S. Sebastião, Vila de Lousada , com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

### Nota:

As urnas estarão abertas no período das 15h00 às 18h00

A apresentação das candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD, para reunir no dia 23 de Outubro de 2004, Domingo, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, pelas 17h00, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

## NÚCLEO DE BUSTOS (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes de Bustos, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DE MAMARROSA (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes de Mamarrosa, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DE PALHAÇA (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes de Palhaça, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DE OLIVEIRA DO BAIRRO (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes do Núcleo de Oliveira do Bairro, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DE OIÃ (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes de Oiã, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DE TROVISCAL (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes de Troviscal, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, estando para o efeito aberta a sede das 21h00 às 24h00 do dia 26 de Outubro de 2004.

## NÚCLEO DA PAREDE (CASCAIS)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia dos Militantes da Parede, para reunir no dia 4 de Novembro de 2004, pelas 21h00, na Rua do Jogo da Bola, lote 1-A, c/v, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do Relatório de Contas;
2. Eleição da Comissão Política do Núcleo.

### Nota:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada acima indicada, sede do Núcleo de Carcavelos.

## NÚCLEO DE GONDOMAR (S. COSME)

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Gondomar (S. Cosme), para reunirem no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 14h00, na sede concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, em Gondomar (S. Cosme), com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Gondomar.

### Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A eleição decorrerá, na sede concelhia, entre as 14h00 e as 19h00.

## NÚCLEO DE RIO TINTO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Rio Tinto, para reunirem

no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 14h00, na sede concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, em Gondomar (S. Cosme), com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Rio Tinto.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A eleição decorrerá, na sede concelhia, entre as 14h00 e as 19h00.

## NÚCLEO DE SANTA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo para reunir no dia 15 de Outubro de 2004, pelas 21h30, na sede do Núcleo, sita na Rua Francisco Sá arneiro, 1323 – 4400 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Político- partidária.

## OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Olhão, para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Av. Dr. Sá Carneiro, nº 23 r/c dto, em Olhão, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas no período das 15h00 às 18h00.

A apresentação das candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Av. Dr. Sá Carneiro, nº 23 r/c dto, em Olhão, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua.

## VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Valongo, para reunir no próximo dia 14 de Outubro de 2004, pela s21h30, no Auditório Municipal do Edifício Vallis, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

1. Informação;
2. Análise da situação Política.



## ALCANENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD de Alcanena, para o Plenário de militantes a realizar no dia 6 de Novembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD de Alcanena, sita na

Rua António Rodrigues Teixeira, n.º 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

As urnas estarão abertas das 10h30 às 12h30.

### ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Alenquer, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita Avenida 25 de Abril, 90 – 4.º Esq., Alenquer, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção;

NOTA:

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

### ARRUDA dos VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita Rua Cândido dos Reis, 6, Arruda dos Vinhos, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção;

NOTA:

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

### CONSELHO DISTRITAL da ÁREA OESTE de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital Eleitoral da Área Oeste de Lisboa, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na Sede Distrital de Lisboa – Área Oeste, sita na Rua 9 de Abril, 1.º - 3.º, em Torres Vedras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição do Representante da Área Oeste ao XXVI Congresso Nacional do PSD;

NOTA:

1- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção;

2- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

3- As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

### CONSELHO DISTRITAL de AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro, para reunir extraordinariamente, no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Urbanização Jardins da Ria, Muranzel, Torreira, no Concelho da Murtosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1- Informações;  
2- Eleição dos Congressistas atribuídos aos órgãos Distritais da JSD de Aveiro ao XXVI Congresso Nacional da PSD;

NOTA:

No que respeita ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos as listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Aveiro, ou a quem, o possa estatutariamente substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede Distrital do PSD/JSD de Aveiro, sita na Urbanização das Glicínias, n.º 5 B loja 2, Aradas, 3810 – 498 Aveiro, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais, Regulamento Eleitoral e do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da JSD.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h30.

### CONSELHO DISTRITAL de BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD de Beja, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 19h00, na Sede Distrital de Beja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição do Delegado da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD;

### CONSELHO DISTRITAL de

### BRAGA

Nos termos dos Artigos 77.º e 78.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os membros do Conselho Distrital de Braga, para uma reunião a realizar no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h30, no Hotel Guimarães, na cidade de Guimarães, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD, a realizar em Barcelos, nos dias 12, 13 e 14 de Novembro;  
2- Eleição dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital de Braga do PSD;  
3- Análise da Situação Política.

NOTA:

No cumprimento do artigo 19.º do Regulamento dos Conselhos Distritais, informa-se que a urna estará aberta a partir das 21h45 até às 22h45 e as listas candidatas devem ser entregues na Sede da JSD, sita na Rua de Santa Margarida, em Braga, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

### CONSELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo do Art. 4 do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do PSD, e do determinado dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD para reunir no dia 29 de Outubro de 2004, pelas 20h00 na Sede da Secção da JSD/Vila de Rei, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição do Delegado da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD.

NOTA:

As listas candidatas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas permanecerão abertas entre as 20h30 às 21h30.

### CONSELHO DISTRITAL de COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h30 na Sede do PSD de Vila Nova de Poiares, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Análise da Situação Política.  
1- Eleição dos Delegados da JSD/Coimbra ao XXVI Congresso Nacional do PSD.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00

## CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Conselho Distrital de Évora da JSD, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2004 ( Sábado ), pelas 18h00 na Sede Distrital da JSD de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis 48, 2.º andar, em Évora com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1- Eleição do Delegado da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD;

### NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital de Évora.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

## CONSELHO DISTRITAL de FARO

Ao abrigo do Art. 4 do Regulamento do XXVI Congresso Nacional do PSD, e do determinado dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Faro da JSD para reunir no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00 na Sede da Comissão Política Distrital do PSD/Faro, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD.  
2- Assuntos Políticos Regionais.

### NOTA:

As listas concorrentes terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital da JSD/Faro, contacto para entrega das listas 917 824 770 ( Thierry ) .

As urnas permanecerão abertas entre as 15h30 às 16h30.

## CONSELHO DISTRITAL de LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria da JSD, para o dia 29 de Outubro de 2004, pelas 19h30 na Sede Distrital, sita na Av. José Jardim, n.º 32, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1- Preenchimento de duas vacaturas da CPD.  
2- Eleição dos dois Delegados ao XXVI Congresso Nacional do PSD.

### NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede em cima citada.

2- As candidaturas a todos os Órgãos da

JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% dos militantes, até um máximo de 20 membros do Órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos individual ou conjunta.

3- A urna permanecerá aberta por um período de duas horas. Assim sendo a urna estará aberta das 20h00 às 23h00.

4- Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.

5- Os candidatos aos órgãos tipo Assembleias deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalente a, pelo menos um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos.

6- Para que uma listas possa ser entendida como completa deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos Estatutos.

## CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos em vigor, convocam-se todos os Delegados para a reunião do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, a realizar no próximo dia 1 de Novembro de 2004 ( 2.ª-feira ), pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PPD/PSD, sita na Rua de São Caetano à Lapa, n.º 9, em Lisboa, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da JSD de Lisboa ao XXVI Congresso do PPD/PSD;  
2- Análise da Situação Política.

### NOTA:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, na Sede Distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas e 30 minutos.

## CONSELHO DISTRITAL de PORTALEGRE

Ao abrigo do artigo quarto do Regulamento do XXVI Congresso do PSD e do determinado nos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Portalegre da JSD, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Sôr, sita na Rua 1.º de Maio, em Ponte de Sôr, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição do Delegado da JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD;

### NOTA:

1- As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD;

2- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 16h00.

## CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital do Porto, para o próximo dia 31 de Outubro de 2004 ( Domingo ), pelas 18h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Matosinhos, com a seguinte:

### Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados da JSD/Porto ao XXVI Congresso Nacional do PSD.

### Nota:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h30 às 20h00.

## CONSELHO DISTRITAL de SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Conselheiros Distritais do Distrito de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Abrantes, sita na Rua de São Pedro, n.º 20, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados ao Congresso do PSD;  
2- Informações;  
3- Análise da Situação Política.

### NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30.

## CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Setúbal, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2004, pelas 15h00, no Salão Nobre da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro ( em Almada ), sita na Rua Capitão Leitão n.º 79, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1- Informações;  
2- Análise da Situação Política;  
3- Eleição dos Delegados da JSD ao Congresso Nacional do PSD;

NOTA:

As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h30

As listas candidatas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia antes do acto eleitoral

### CONSELHO DISTRITAL de VIANA do CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viana do Castelo, a reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h00 na Sede Concelhia do PSD, no Concelho de Arcos de Valdevez, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

3- Eleição dos Delegados atribuídos pela JSD ao XXVI Congresso Nacional do PSD.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 22h00, em sistema de urna aberta.

As listas candidatas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia antes do acto eleitoral, no mesmo local da votação.

### CONSELHO DISTRITAL de VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD ( aprovados em Congresso Nacional a 17 de Janeiro de 2004 ), convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Vila Real, para o próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Antiga Sede Distrital do PSD de Vila Real, sita na Rua Boavista, n.º 11, 5000-641, em Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais da JSD de Vila Real;

NOTA:

1) As listas devem ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital Eleitoral ou ao seu substituto desde que pertencente ao mesmo órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2) Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus Regulamentos aprovados em Conselho Nacional.

3) A urna abrirá às 15h30 e encerrará às 17h30.

4) O Caderno Eleitoral Distrital, será elaborado de acordo com o envio dos Delegados Eleitos pelos Plenários de Secção por parte das Mesas dos Plenários de Secção, fazendo referência à data da Eleição, anexando a respectiva acta eleitoral, contendo as listas aceites a sufrágio.

5) A Mesa não aceita substituições dos Delegados, sem prévia comunicação à Mesa do Plenário Distrital com 48 horas de antecedência, anexando a essa comunicação, o termo de suspensão de mandato do Delegado Distrital, o tempo de suspensão, bem como, a indicação do suplente que o vem substituir, devidamente indicado pelo senhor Presidente de Plenário de Secção.

### CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Viseu da JSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 9 de Outubro de 2004, pelas 15h00, no Auditório Municipal de Vouzela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Informações;  
Ponto Dois: Análise da Situação Política;  
PontoTrês: Outros Assuntos.

### CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Reunião do Conselho Distrital de Viseu da JSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 15h00, na Biblioteca Municipal de Mangualde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Eleição de Delegados ao Congresso do PSD;  
Ponto Dois: Eleição de Delegados à Assembleia Distrital de Viseu do PSD.  
PontoTrês: Outros Assuntos.

NOTA:

- As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Concelho Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Viseu.

- As urnas permanecerão abertas por um período de uma hora, que decorrerá entre as 15h30 e as 16h30 no dia acima indicado.

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do Órgão competente para os eger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

### ÉVORA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Évora da JSD, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2004 ( Sábado ), pelas 18h00 na Sede Distrital da JSD de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis 48, 2.º andar, em Évora com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Informações;  
2- Balanço de Actividades da CPS e Apresentação do Relatório de Contas;  
3- Eleição da Comissão Política de Secção de Évora da JSD;  
4- Outros.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 18h00 do dia 27 de Outubro de 2004, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Évora ( Contactos: [gfgueira@mail.pt](mailto:gfgueira@mail.pt) / 964396427 ).

As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

### FERREIRA do ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD de Ferreira do Zêzere, para o Plenário de militantes a realizar no dia 6 de Novembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Ferreira do Zêzere, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, Lt.º 12, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30.

### IDANHA – a – NOVA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária da Assembleia de Secção da JSD/Idanha – a - Nova, para o próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 21h30, na Sede da JSD de Idanha – a - Nova, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa da Assembleia;  
2- Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTA:

1- As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

As listas poderão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco para o dia 13 de Novembro de 2004, às 16h00, o Plenário de Secção de Loulé a reunir na Sede do PSD de Loulé, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa de Plenário;  
2- Eleição da Comissão Política de Secção;  
3- Eleição dos Delegados a Assembleia Distrital da JSD.

NOTA:

As listas concorrentes terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD/Faro, contacto para entrega das listas 917 824 770 ( Thierry ).

As Urnas permaneceram abertas entre as 16h30 e as 17h30.

### LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Lourinhã, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas

21h00, na Sede Concelhia, sita Urbanização do Parque Desportivo, lote 27 Cave, Lourinhã, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção;

## NOTA:

As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

## MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em Plenário no dia 5 de Novembro de 2004 ( Sexta-feira ), pelas 21h30, na Sede da JSD Mafra Terreiro D. João V, 61), com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- Apresentação do Plano de Actividades.

## NÚCLEO da MALVEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes do Núcleo da JSD – Malveira, para um Plenário, a realizar no próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h30, na Sede Provisória do Núcleo da JSD Malveira, localizada na Rua da Lagoa, loja 1, Malveira, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 2- Eleição da Comissão Política de Núcleo.

## NOTA:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da JSD, sito no Terreiro D. João V, 61 Mafra.

O acto eleitoral decorrerá entre as 2130 e as 23h00.

## RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD de Rio Maior, para o Plenário de militantes a realizar no dia 6 de Novembro de 2004, pelas 20h00, na Sede do PSD de Rio Maior, sita na Avenida Paulo VI, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção

## NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

## SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Seia, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2004, pelas 17h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida 1.º de Maio, lote 2, 2.º Esquerdo I, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

- 1- Informações Gerais;
- 2- Análise da Situação Política.

## NOTA:

Caso não esteja reunido o quorum à hora marcada o Plenário aguardará 30 minutos, sendo que se efectuará com os militantes que estiverem presentes decorrido esse período.

## SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Sines da JSD, para reunir no próximo dia 6 de Novembro de 2004, pelas 15h00, na Sede da Secção da JSD Concelhia, sita na Rua de Ferreira, n.º 10, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

## NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral.

A urna estará aberta das 15h00 às 18h00.

## TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD de Torres Novas, para o Plenário de militantes a realizar no dia 5 de Novembro de 2004, pelas 20h30, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, n.º 38 – 1.º, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção

## NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém da JSD

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

## VILA de REI

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária da Assembleia de Secção da JSD/Vila de Rei, para o próximo dia 29 de Outubro de 2004, pelas 21h30, na Sede da JSD de Vila de Rei, com a seguinte:

## Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa da Assembleia;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção.

## NOTA:

1- As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

## VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os Plenários das Secções de Alijó, Mesão Frio e Ribeira de Pena, para reunirem no próximo dia 29 de Outubro de 2004 ( Sexta-feira ), pelas 21h00, nas respectivas sedes do PSD/JSD, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Vila Real;

## NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substituir, ou na inexistência desse órgão, deverão ser entregues na Sede Distrital da JSD de Vila Real ( Rua da Boavista, n.º 11, 1.º ), até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nas respectivas Sedes Concelhias do PSD/ JSD.

2- As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

## UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o Plenário Eleitoral de Secção de Viseu da JSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 6 de Novembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD Viseu, sita no Rossio, n.º 14, 2.º, com a seguinte

## Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Viseu da JSD;

## NOTA:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Concelho Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Viseu.

As urnas permanecerão abertas por um período de duas horas, que decorrerá entre as 15h30 e as 17h30 no dia acima indicado.

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do Órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

## Extinção do Serviço Militar Obrigatório



**“A JSD deu na passada semana uma conferência de imprensa sobre a extinção do Serviço Militar Obrigatório. A sessão com jornalistas teve lugar na sede distrital da JSD/Porto, tendo a JSD emitido o comunicado que se segue.”**

A extinção do Serviço Militar Obrigatório é um dos mais velhos temas do discurso político em Portugal, mas neste caso a antiguidade de nada lhe vinha valendo pois de adiamento em adiamento a questão não ficava resolvida.

Convém aqui frisar o imenso respeito que na JSD temos pelas forças armadas, não é isso que está, nem nunca esteve, em causa.

Cenários degradantes como os vividos há uns anos atrás em que a Marinha mal tinha verbas para por os barcos no mar, e outros episódios gravíssimos proporcionados pelo profundo desprezo a que o anterior governo votou as forças armadas, são para nós inadmissíveis.

E é precisamente por esse respeito que defendemos sem qualquer dúvida a profissionalização das forças armadas e a extinção do SMO.

Nos anos noventa, lembrando aqui o papel fundamental de Fernando Nogueira enquanto Ministro da Defesa, deram-se passos muito concretos nesse sentido. Em 95 o PSD assumiu como sua esta proposta da JSD.

Com a Revisão Constitucional de 1997 prescindiu-se da obrigatoriedade do serviço militar, um passo notável nesta evolução, com um papel relevantíssimo dos deputados da JSD. Como consequência directa a lei de 99 que regulamenta o serviço militar institui, que em tempo de paz, o serviço militar se baseia no voluntariado, mais uma vez com a intervenção activa dos deputados da JSD.

Tudo isto juntando ao facto dos tempos que vivemos; note-se a especialização cada vez maior das forças armadas, os recentes conflitos mundiais, as novas fronteiras, os novos desafios, em suma o novo posicionamento de Portugal no Mundo; levam a que o caminho da profissionalização seja irreversível.

O país precisa de umas forças armadas à sua dimensão, profissionalizadas e especializadas. E não mais que isso!

O problema é que inúmeros jovens continuavam a ver as suas vidas profundamente prejudicadas devido a uma incorporação coerciva e infundamentada.

Quem não conhece alguém que tenha interrompido o seu percurso escolar por causa do SMO, muitas vezes de forma irreversível? Ou alguém que perdeu uma carreira profissional? Ou oportunidades de emprego?

Autênticos dramas pessoais de muitos jovens deste país, que não podíamos continuar a sacrificar.

Uma carreira militar pode e deve ser uma excelente escolha, com as melhores condições e regalias, para aqueles que por ela optem.

Apesar da marca indelével da JSD em todo este processo, não queremos assumir como nossa vitória, do nosso partido ou do Governo que apoiamos.

Hoje comemoramos uma vitória dos jovens portugueses!



## Intervenção do Presidente da JSD no Debate Parlamentar sobre a Extinção do Serviço Militar Obrigatório



A extinção do Serviço Militar Obrigatório é um dos mais velhos temas do discurso político em Portugal, mas neste caso a antiguidade de nada lhe vinha valendo pois de adiamento em adiamento a questão não ficava resolvida. As juventudes partidárias discutiam-no com regularidade, e permitam-me que o diga a JSD elegero-o há muito como prioridade.

Convém aqui frisar o imenso respeito que nós na JSD temos pelas forças armadas, não é isso que está, nem nunca esteve, em causa.

Cenários degradantes como os vividos há uns anos, não muito distantes, em que a Marinha mal tinha verbas para por os barcos no mar, e outros episódios gravíssimos proporcionados pelo profundo desprezo a que o governo de então votou as forças armadas, são para nós inadmissíveis.

E é precisamente por esse respeito que defendemos durante anos sem qualquer dúvida a profissionalização das forças armadas e a extinção do SMO.

Desde os anos oitenta, e relembro aqui uma intervenção ainda este ano nesta casa do hoje ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, que lembrava a sua primeira intervenção enquanto dirigente da JSD no Conselho Nacional do PSD precisamente sobre esta matéria.

Nos anos noventa, lembrando aqui o papel fundamental de Fernando Nogueira enquanto Ministro da Defesa, deram-se passos muito concretos nesse sentido. Bem como em 95, enquanto líder do partido, o PSD assumiu como sua esta proposta da JSD.

Com a Revisão Constitucional de 1997 prescindiu-se da obrigatoriedade do serviço militar, um passo notável nesta evolução, com um papel relevantíssimo dos deputados da JSD, relembro o papel fundamental dos deputados Sérgio Vieira, João Moura de Sá e do hoje Secretário de Estado do Desporto Herminio Loureiro.

Como consequência directa surge a lei de 99 que regulamenta o serviço militar instituindo, que em tempo de paz, o serviço militar se baseia no voluntariado, mais uma vez com a intervenção activa dos deputados da JSD, sob a liderança do deputado Pedro Duarte, hoje Secretário de Estado da Juventude.

Mesmo nesta legislatura, eu próprio e outros deputados várias vezes nesta câmara entrevistamos sobre esta matéria.

Tudo isto juntando ao facto dos tempos que vivemos; note-se a especialização cada vez maior das forças armadas, os recentes conflitos mundiais, as novas fronteiras, os novos desafios, em suma o novo posicionamento de Portugal no Mundo; levam a que o caminho da profissionalização seja irreversível.

O país precisa de umas forças armadas à sua dimensão, profissionalizadas e especializadas. E não mais, nem menos que isso!

Sr. Presidente  
Sras. e Srs. Deputados

O problema é que inúmeros jovens continuavam a ver as suas vidas profundamente prejudicadas devido a uma incorporação coerciva e infundamentada.

Quem não conhece alguém que tenha interrompido o seu percurso escolar por causa do SMO, muitas vezes de forma irreversível? Ou alguém que perdeu uma carreira profissional? Ou oportunidades de emprego?

Autênticos dramas pessoais de muitos jovens deste país, que não podíamos continuar a sacrificar.

Acabamos com dramas como o do Victor Rodrigues, de 22 anos, que afirmava este fim-de-semana: “ Não quero ficar com nenhuma recordação. Andei lá sempre contrariado. A mim a tropa só me estragou a vida! Prejudicou-me muito...”

Por outro lado afirmamos que uma carreira militar pode e deve ser uma excelente escolha, com as melhores condições e regalias, para aqueles que por ela optem. Como dizia a Catarina Machado de 21 anos: “Estar a viver uma experiência muito interessante” uma “ótima oportunidade de carreira”; concretizar um sonho

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. deputados

Apesar da data aprazada para Novembro, vivemos por estes dias o fim na prática do SMO.

E mais do que a marca indelével e determinante da JSD em todo este processo, não queremos assumir como nossa vitória, do nosso partido ou do Governo que apoiamos.

Acima de tudo isso, Sr. presidente, assinalamos aqui uma vitória dos jovens portugueses! Com coragem e convicção! Quando acreditamos podemos dizer: Valeu a pena!

Jorge Nuno Sá

### **AGENDA JSD**

28 de Setembro

- **Lisboa**, Secção H (Olaíias), 21.00 horas: Sessão reflectiva, com o lema “Fazer + pela nossa Terra”, com a presença de Luís Filipe Menezes.

1 de Outubro

- **Mafra**, 22.00 horas: “Actividades Económicas no Concelho de Mafra”, com Luís Realista, Vereador da Câmara Municipal de Mafra

2 de Outubro

- **Ferreira do Zêzere**, Almoço/Convívio e Actividades Radicais: 12.00 horas (Almoço) e 14.00 horas concentração junto ao Aeródromo Municipal das Valadas - Tiro com Arco e Flecha, Escalada/Rappel, Canoagem no Rio Zêzere. Inscrições: Nuno Benedito: 917242084 e CPD: 919999192

- **Lousada**, 14.30 horas: Prova de Resistência em Karting, Eurocircuito de Equipas de 6 a 12 elementos.

- **Felgueiras**, 19.00 horas: Tomada de Posse da JSD/Felgueiras

- **Trofa**: Visita ao Castro de Alvarelhos. Acção integrada no Mês da Cultura da JSD/Trofa  
16 de Outubro

- **Lousada** (Lodares), 20.00 horas: Jantar de Tomada de Posse do Núcleo de Lodares



# Carlos Coelho escreve a propósito da Presidência Europeia

O Deputado pelo PSD ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho, no seu "Info-Site" [www.carloscoelho.org] dedicado a assuntos da União Europeia, dedicou a edição de dia 28 à chamada de José Manuel Barroso, anterior Primeiro-Ministro de Portugal, à presidência da União Europeia.

Carlos Coelho veicula uma informação completa sobre o assunto, descritiva, cronológica e aprofundada, sobre este acontecimento, que tanto tocou Portugal, na esfera da emoção quanto na esfera da política.

Da informação de Carlos Coelho, respigamos dois textos para estas páginas, que seguem.



bem comum europeu e não admitirei que a Europa seja tratada como um poder de segunda ordem, seja em relação a que poder for. Não estarei vinculado à posição de política externa deste ou daquele governo mas sim à procura de uma política externa da União Europeia.»

\*\*\*

«Acho que é importante que a União Europeia não se defina por oposição a qualquer país ou a qualquer região. Temos uma identidade própria. Eu entendo que é útil e acho que é necessário construirmos uma identidade de segurança e de defesa europeia. Defendi sempre o papel

da Comissão como instituição supranacional, como instituição verdadeiramente comunitária. A Comissão pode ser vossa aliada, pode ser aliada do Parlamento Europeu e eu já afirmei que tudo farei para que assim seja, no respeito das competências de cada instituição.»

\*\*\*

«Quero dizer a todos os meus compatriotas que eu é que tenho um grande orgulho em ser português.»

## Durão Barroso disse...

«Estamos unidos na nossa diversidade nacional, regional, cultural, linguística e política. Ao longo de 50 anos concebemos um modo novo e único de trabalhar em conjunto, partilhámos as nossas soberanias para desafios comuns, mostrámos que os nossos Estados-Nação são mais fortes quando os vimos juntos em domínios nos quais a Europa oferece os melhores resultados. A nossa visão de integração é um exemplo para outras regiões.»

\*\*\*

«No 1º de Maio vivemos um acontecimento histórico com o alargamento a dez novos Membros da União. Devemos agora trabalhar conjuntamente para assegurar o êxito da Europa reunificada garantindo a prosperidade, a solidariedade e a segurança no nosso Continente.»

\*\*\*

«Venho de um país que conheceu a transição da ditadura para a democracia, um país situado na periferia do nosso Continente, mas com o coração bem no centro da Europa.»

Defendo os valores básicos que sustentam a nossa união, a liberdade, o respeito pelos direitos humanos, o Estado de Direito, a igualdade de oportunidades, a solidariedade e a justiça social.»

\*\*\*

«Estou consciente de que uma das principais tarefas do Presidente da Comissão consiste em gerar os consensos dinâmicos de que a Europa precisa.»

A nossa União necessita mais do que nunca de uma Comissão forte e independente. Só assim poderá apresentar resultados que se traduzem em vantagens concretas para a vida das pessoas.»

\*\*\*

«Os nossos objectivos são a prosperidade, a solidariedade e a segurança para os quais devemos demonstrar resultados concretos: o euro, que permite a estabilidade financeira e o investimento, o Mercado Único que promove o crescimento, a concorrência e os empregos, um modelo social único que proteja os mais fracos da nossa sociedade e ajude as pessoas a adaptar-se às novas evoluções, serviços públicos de qualidade acessíveis a todos, e uma visão sustentada do ambiente e ainda da paz e estabilidade da nossa região.»

\*\*\*

«Se desejamos que a Europa funcione, devemos dar emprego às pessoas. Mas o emprego só será criado com um ambiente apropriado para as empresas, e apostando de forma determinada na inteligência e na educação e formação. «Só o nosso sucesso económico permitirá sustentar as nossas ambições na esfera do social.»

«Não podemos ter mais Europa com menos dinheiro, especialmente quando pretendemos para os novos Estados Membros o mesmo nível de solidariedade que demonstramos no passado em relação às regiões menos desenvolvidas.»

«Devemos proporcionar uma melhor qualidade de vida, o que significa tomar decisões para promover as iniciativas certas a favor de energia e de transportes mais limpos.»

«A construção de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça permanece um dos nossos objectivos mais importantes.»

\*\*\*

«Eu sou europeu, português e europeu com muita honra. Se for eleito Presidente da Comissão Europeia defenderei o interesse geral da Europa, o

## Disseram de Durão Barroso ...

### **Bertie Ahern, Primeiro Ministro irlandês com a Presidência da UE (Janeiro/Junho 2004)**

José Manuel Durão Barroso desempenhou um papel importante e construtivo no processo de encontrar um novo Presidente da Comissão Europeia. Foi só no final deste processo que permitiu que o seu nome avançasse para uma posição de candidato. Fiquei por isso muito satisfeito que o Conselho Europeu, de forma consensual, aceite de propor o nome de Durão Barroso para candidato a Presidente da Comissão Europeia. Numa altura tão crucial para o desenvolvimento da Europa, não podíamos ter encontrado um melhor candidato. É uma pessoa que está preparada para liderar e para tomar decisões. É um europeu empenhado e tem um profundo conhecimento dos interesses de todos os Estados Membros, grandes e pequenos, antigos e mais novos. Não tenho qualquer dúvida em recomendar o seu nome.

### **Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia**

Felicito a Presidência irlandesa por ter alcançado um acordo em torno do nome de Durão Barroso, que recebeu o apoio unânime do Conselho, acordo que sempre entendi ser uma obra-prima de democracia e política.

### **João de Deus Pinheiro, Deputado Europeu (PPE-ED)**

A sua mensagem é portadora de nova esperança. (...) Precisamos de uma Comissão ao estilo "Delors", uma Comissão com liderança, uma Comissão com ambição, mas também uma Comissão com eficácia. (...) Eu conheço as suas qualidades, conheço as suas capacidades, conheço a sua determinação, o seu bom-senso e a sua moderação. (...) Com a sua Presidência se abrirá um novo ciclo na vida da Europa e uma cumplicidade nova entre o Parlamento e a Comissão que é essencial para que a Europa prossiga, se construa e se afirme.

### **António Costa, Deputado Europeu (PSE)**

Não estão obviamente em causa as suas qualidades pessoais. Conheço-o suficientemente bem para saber que tem as qualidades para ser Presidente da Comissão Europeia

### **Martin Schultz, Presidente do Grupo Socialista PSE no Parlamento Europeu**

«É uma pessoa de integridade incontestável!»



Graham Watson, Presidente do Grupo ADLE (Liberais) no Parlamento Europeu

Impressionou os liberais e democratas desta casa com a sua simplicidade e a sua competência. Falou de forma convicta e confiante sobre a sua visão da Europa. Acreditamos que tratou esta casa com respeito, e veio perante os seus membros disposto a ouvir e pronto para convencer.

### Carlos Coelho, Deputado Europeu (PPE)

Dr. Durão Barroso. Desejo-lhe boa sorte. Um sucesso para si será um sucesso para a Europa e nós precisamos e desejamos muito sucesso para a Europa que somos. (...) Disse-nos que quer uma Europa que seja mais do que um mercado interno, que seja a Europa dos cidadãos. É também essa Europa que queremos ajudar a construir, uma Europa que não se esgote na sua dimensão económica, uma Europa dos cidadãos, uma Europa das pessoas. (...) Conheço-o, dou testemunho da sua cultura humanista e do seu apego aos valores do Estado de Direito (...). Gostei de o ouvir reclamar uma cumplicidade positiva com este Parlamento. Na história da nossa Comunidade, houve progressos quando essa cumplicidade se verificou de forma mais nítida. (...) É um facto que o Senhor foi o Primeiro-Ministro da história da democracia portuguesa que mais presença marcou nos debates parlamentares. (...) Gostaria que fosse igualmente o Presidente da Comissão na história das nossas instituições que mais perto esteja do Parlamento Europeu, da Casa da democracia europeia.

### Ilda Figueiredo, Deputada Europeia (GUE)

Não podemos aceitar que o candidato a Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, nos venha anunciar mais do mesmo.

### Miguel Portas, Deputado Europeu (GUE)

Em que preferis acreditar: na promessa de uma relação independente com os Estados Unidos ou no facto de o candidato ter ficado na fotografia dos Chefes que decidiram a guerra nos Açores?

### Daniel Cohn-Bendit, Presidente do Grupo dos "Verdes" no Parlamento Europeu

"Senhor Barroso, tenho a certeza de que poderá ser um bom presidente da Comissão, esse não é o problema" (...) "É uma pessoa afável, simpática e que fala bem e livremente".

### "Financial Times"

"O sr. Barroso, que aprecia futebol, jazz e cinema clássico, não é de maneira nenhuma um asceta. Mas não tem fortuna pessoal e nunca mostrou nenhuma inclinação para um estilo de vida opulento"

### "Libération"

"É um homem polido, discreto e mesmo misterioso que nunca procurou os holofotes".

## Cronologia de uma eleição

### 29 de Junho de 2004 :

Cimeira do Conselho Europeu em Bruxelas. A Presidência Irlandesa apresenta oficialmente o nome de José Manuel Durão Barroso como candidato do Conselho ao cargo de Presidente da Comissão Europeia, por este último reunir o consenso junto dos Chefes de Estado e de Governo dos 25 Estados Membros.

### 12/15 de Julho de 2004 :

O Presidente indigitado para a Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso reúne-se com os partidos políticos europeus no Parlamento Europeu em Bruxelas

### 21/23 de Julho de 2004 :

O Presidente indigitado para a Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso intervém no plenário do Parlamento Europeu, respondendo às perguntas dos deputados europeus.

### 22 de Julho de 2004 :

Os Deputados do Parlamento Europeu aprovam formalmente por maioria a indigitação do Dr. Durão Barroso para a Presidência da Comissão Europeia.

### 27 de Setembro a 4 de Outubro de 2004 :

O Parlamento Europeu procede às audiências com os Comissários indigitados.

### 1 de Novembro de 2004 :

Entrada em vigor na nova Comissão Europeia presidida por José Manuel Durão Barroso

- Fonte: "Info-Site", [www.carloscoelho.org](http://www.carloscoelho.org)

## Comissão de Emprego e Assuntos Sociais

# Silva Peneda defende PME's como base da estratégia europeia de emprego

O Deputado do PSD José da Silva Peneda, defendeu em Bruxelas, que, "não pode haver política de emprego eficaz na Europa sem criação de um clima favorável às Pequenas e Médias Empresas", tendo sublinhado que as PME's representam 99% do total das empresas da União Europeia e são responsáveis por 66% do emprego no espaço da União.

Silva Peneda que participou, na qualidade de membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, como orador-convidado, num debate promovido pela associação "Friends of Europe" sobre as prioridades para a implementação de uma estratégia europeia de emprego, falou ainda dos múltiplos factores a ter em conta no desenvolvimento das políticas de emprego.

Para o Deputado social

democrata, "sem investimento, sem crescimento económico e sem novas empresas, não há criação de emprego" tendo ainda referido a "importância de áreas como a educação, a formação profissional, as novas tecnologias, as telecomunicações, a criação de redes europeias de transportes e de investigação e a liberalização de mercados", no âmbito da definição de uma estratégia europeia de emprego.

Perante uma plateia de peritos em política de emprego e representantes sindicais e empresariais, Silva Peneda afirmou que "a Europa optou por um conjunto de políticas baseadas numa economia de mercado e assentes em componentes ambientais e sociais responsáveis, o que implica ter em simultâneo atenção à economia, ao social e ao ambiental, o que gera

problemas de coordenação entre os diversos sectores e entre vários níveis de administração".

Referindo-se ao que classificou de "questões de natureza cultural" que condicionam as políticas de emprego no espaço da União Europeia, Silva Peneda sublinhou que "toda a legislação que regula o mundo do trabalho foi pensada na base de uma cultura de conflito entre empregadores e trabalhadores e o princípio tem sido o de proteger os trabalhadores perante o empregador".

Face a esta situação, Silva Peneda levantou a questão de saber se não "valerá a pena mudar esta cultura de conflito para uma cultura de cooperação, nomeadamente na preparação das contratações colectivas", tendo defendido "as virtualidades da concertação social como espaço que está ainda muito

longe de estar totalmente explorado, no sentido de ser criado um clima sério de compromisso entre todos os agentes envolvidos no mercado de trabalho".

Saliendo que "actualmente os governos já não têm o monopólio dos serviços - a ideia de uma autoridade com clara responsabilidade perante uma população dentro de um território definido já não existe", Silva Peneda referiu que "em simultâneo, as opiniões públicas querem que os governos façam mais com menos custos, o que levanta a questão de novos tipos de governamentalidade". Apontando como exemplo os países nórdicos, o Deputado social-democrata disse que "a atitude das administrações públicas tem que mudar. A Administração Pública não pode continuar a fazer mais do mesmo

# Miguel Relvas revela programa do “Open day”

O Secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, tornou público que o PSD vai promover, a 9 de Outubro, a abertura aos cidadãos de todas as suas estruturas no país, no âmbito da preparação das eleições autárquicas de 2005.

Denominada “Open day”, a iniciativa “significa que, nesse dia, todas as estruturas do PSD, desde as distritais às secções, estarão de portas abertas para receber os cidadãos”, disse o Secretário-Geral.

Todos os cidadãos, “militantes ou não militantes”, que se dirigirem às estruturas do PSD a 9 de Outubro poderão preencher um questionário que servirá de base à elaboração da “radiografia de Portugal”.

Segundo Miguel Relvas, o questionário, que estará disponível no “site” do PSD na Internet a partir de segunda-feira, engloba questões sobre o governo, os concelhos e as freguesias.

Além de preencherem o questionário, os cidadãos que se dirigirem às estruturas do PSD serão “convidados a dialogar sobre os principais problemas que existem no seu concelho e na sua freguesia, e ainda a apontar soluções”.

“Vai ser este o ‘pontapé de saída’ do PSD para preparar as autárquicas de 2005”, sublinhou Miguel Relvas, acrescentando que, “antes de discutir nomes, o partido quer discutir projectos”.

Numa carta enviada hoje a todas as comissões políticas distritais e de secção, Miguel Relvas fixa como principal objectivo do PSD para as autárquicas de 2005, a manutenção da maioria das câmaras municipais e juntas de freguesia.

“Manter a maioria de câmaras municipais e de juntas de freguesia, e consequentemente, manter a presidência da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias, é um claro objectivo do PSD, como forma de criar a dinâmica necessária que nos conduza à vitória nas eleições legislativas de 2006”, refere Miguel Relvas na carta.

No Conselho Nacional da JSD

Nas sessões de abertura do Conselho Nacional da Juventude Social Democrata, que marcou o Congresso da «J» para 10, 11 e 12 de Dezembro, no Fundão, o Secretário Geral do PSD, Miguel Relvas, transmitiu uma mensagem de congratulações do presidente do PSD, Pedro Santana Lopes, pela forma como decorreu este mês a “Universidade de Verão” dos jovens social-democratas.

“Temos de ser capazes de mobilizar a geração dos sub 21”, afirmou o Secretário-Geral, que exortou a JSD a partir à conquista de novas causas e novos sectores sociais, preocupando-se com aspectos relacionados com a política de cidades, com a qualidade de vida e com a formação intelectual”.

Sublinhou ainda que a actual direcção do PSD “recusa qualquer tentação controladora face à actividade dos jovens sociais-democratas”.

“Não é essa a ideia que o Presidente do partido tem da JSD. Não queremos uma JSD conservadora, porque o PSD nada pode ganhar com uma juventude obediente e ausente”, acrescentou.

Para o secretário-geral dos sociais-democratas, a JSD “pode, e deve ser, um banco de testes de políticas que serão depois seguidas pelo PSD”. – Fontes: **Lusa e PSD**



# Comunicado do Gabinete do Primeiro-Ministro



Nas últimas semanas têm sido atribuídas ao Primeiro-Ministro de Portugal, Dr Pedro Santana Lopes, declarações que não correspondem ao que foi, de facto, dito pelo Chefe do Governo bem como acusações de desarticulação entre as posições do PM e de alguns Ministros que não têm qualquer correspondência com a realidade.

*O Gabinete do Primeiro-Ministro vê-se, assim, obrigado a esclarecer os órgãos de Comunicação Social para que a verdade possa ser reposta, como é do interesse de todos.*

**Refinaria de Matosinhos:** O tema futuro da refinaria foi discutido, antes de quaisquer declarações públicas, em reuniões com o Ministro de Estado, dos Assuntos Económicos e do Trabalho e com o Ministro do Ambiente. Não é verdade, portanto, que a posição sobre esta matéria não tenha sido concertada. Do mesmo modo, os ministros conheciam previamente a informação veiculada à Imprensa.

**Taxas Diferenciadoras:** em Julho de 2003 o Ministro da Saúde apresentou ao anterior Governo uma proposta devidamente fundamentada sobre a alteração das taxas diferenciadoras (que são pagamentos do Serviço Nacional de Saúde). O tema voltou a ser debatido pelo actual Governo no Conselho de Ministros Extraordinário de Évora (4/9/2004) no qual foi decidida a orientação a seguir. É, por isso, do conhecimento de todos os membros do Governo.

**Educação:** O PM e a Ministra da Educação defendem a necessidade de alterar as regras de candidatura anual de colocação de professores por forma a favorecer a desejável estabilidade dos corpos docentes. O tema foi abordado em três reuniões havidas entre o PM e a Ministra da Educação sobre este tema. Em entrevista à televisão, a Ministra considerou admissível o aproveitamento das vantagens do sistema centralizado de colocação. Referia-se, como se ouviu, ao sistema informático e não à política de colocações.

**GNR no Iraque:** Este assunto foi devidamente esclarecido pelo PM e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

*Todos os comentários políticos são respeitáveis numa sociedade livre e plural como a nossa. Desde que assentem na verdade dos factos.*

São Bento, 26 de Setembro de 2004



Propriedade PSD - Partido Social Democrata  
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690  
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA  
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE

